

CAD. CENTRO DE APOIO DIDÁTICO  
DA FAU - PUCC



# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

ANO XVIII

Nº 124

p. 257 – 352

outubro/dezembro/86

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

D. Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. Antonio José de Pinho

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof. Ersio Lensi

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Profa. Maria Helena Degani Rocha

---

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

---

ANO XVIII – Nº 124    ISSN-0101-4919    OUTUBRO/DEZEMBRO/1986

---

## SUMÁRIO

A Cadeira nº 22 da Academia Paulista de Letras Discurso de posse de Odilon Nogueira de Matos, com a respos- ta do Acadêmico Brasil Bandecchi . . . . .	259
<b>Artigos</b>	
A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo . . . . . Sílvia Fernanda de Mendonça Figueirôa	286
A "Farroupilha" nos discursos parlamentares . . . . . Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	291
Um homem inquieto: Goethe . . . . . João Ribeiro Júnior	293
Uma História Geral da Civilização Brasileira . . . . . José Roberto do Amaral Lapa	297
Fernando Costa, o administrador . . . . . Roberto Machado Carvalho	300

<b>Registro Bibliográfico</b> .....	303
<b>Periódicos</b> .....	312
<b>Noticiário</b>	
D. Pedro II e São Paulo na época de Carlos Gomes .....	315
Centenário do "Ramal de Caldas" .....	315
Ernesto Leme .....	316
Luís da Câmara Cascudo .....	317
Centenário de Mello Leitão .....	318
Falecimento de um grande "bibliotecário" .....	319
Aspectos da Cultura Hispânica .....	319
Ernani Silva Bruno .....	320
<b>Um pouco de Música</b>	
Uma ópera a serviço da liberdade .....	321
Odilon Nogueira de Matos	
<b>Memória Campineira</b>	
A "Pastoral" de Coelho Neto .....	324
Leopoldo Amaral	
<b>Textos</b>	
O Tropeiro .....	328
Firmino Silva	
O método histórico .....	329
Polábio	
<b>Vultos da Historiografia brasileira: Mário Sette</b> .....	330
<b>Seleta</b>	
A Rua do Imperador .....	333
Mario Sette	
<b>Rabiscos de um escrevinhador</b>	
Interesse pelas ferrovias .....	336
Livro do Centenário .....	337
Para a História do Protestantismo .....	338
Grande engenheiro ferroviário .....	339
De guerra e de paz .....	340
À beira do século XXI .....	342
Saint-Hilaire em Araxá .....	343
Odilon Nogueira de Matos	
<b>Índices dos nº 121 a 124</b> .....	345

## A COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DE SÃO PAULO: SUA HISTÓRIA

Sílvia Fernanda de Mendonça Figueirôa  
Instituto Geológico/SP

O século XIX, sobretudo no período relativo à sua segunda metade, assistiu a uma série de transformações econômicas, políticas e sociais que implicaram numa profunda remodelação da face do país. Fatores diversos, de ordem conjuntural, propiciaram o franco desenvolvimento do ciclo econômico do café, principal responsável pela autêntica modernização que se verificou. Nas palavras de Caio PRADO JR, “o café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país; depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira. E em consequência (uma vez que o país já era livre e soberano) na política também. O grande papel que São Paulo foi conquistando no cenário político do Brasil, até chegar à sua liderança efetiva, se fez à custa do café; e na vanguarda deste movimento de ascensão, e impulsionando-o, marcham os fazendeiros e seus interesses”.<sup>1</sup>

A cafeicultura, como se estruturava, estava baseada em três pontos fortemente relacionados: disponibilidade de mão-de-obra, eficiência no transporte e escoamento da produção e disponibilidade de terras. A elite cafeicultora solucionou cada um destes pontos. E aqui, cabe ressaltar que as propostas modernizantes foram colocadas em prática pela parcela dos fazendeiros do “oeste paulista” – de fato, autênticos empresários – apesar da oposição freqüente do grupo representante do Vale do Paraíba. A questão da mão-de-obra foi resolvida com o incentivo à imigração e à colonização. A relativa ao escoamento da produção cafeeira, com a construção e expansão das ferrovias e com o reaparelhamento do porto de Santos. No entanto, é a solução dada à questão de terras a que interessa mais de perto a nosso exame.

No avanço que realizou a partir do Vale do Paraíba – tido como “norte” de São Paulo – rumo ao oeste, o café obedeceu a dois

(1) PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. 18 ed. e aum. São Paulo, Brasiliense. 1976, 364 p.

condicionantes: o clima temperado e o solo propício. Sabia-se da continuidade das terras “roxas” para adiante da zona onde o café já se achava cultivado, em direção ao sertão. Estas informações eram, porém, imprecisas. Somavam-se ainda os problemas ligados à posse da terra, pois a grilagem era uma constante tanto na “zona pioneira” quanto além dela. De modo a garantir seu progresso econômico a então Província necessitava conhecer adequadamente seu território e tudo o mais que ele encerrava. Entretanto, a solução dada a esta questão não pode ser inteiramente compreendida se não considerarmos o contexto ideológico que cercava o processo de modernização que então São Paulo vivia.

Dentro desse quadro, fazia-se necessário um novo conjunto de idéias que se adequasse ao novo estado de coisas então vigente, que sustentasse a confiança da elite cafeicultora em seu impulso transformador da sociedade. Acompanhando as mudanças que já se processavam na Europa, os intelectuais brasileiros trouxeram de lá um conjunto de idéias que, fundidas e adaptadas às condições locais, se prestaram muito bem enquanto fio condutor das ações políticas e sociais: o positivismo de Comte e o evolucionismo de Spencer. Segundo CRUZ COSTA<sup>2</sup>, “não é possível negar a influência que as idéias de Comte tiveram ( ... ) Os representantes das classes médias do último quartel do século XIX viveram num clima intelectual positivista”. Baseado no progressismo científico, o positivismo foi inovador ao aplicar o método indutivo das ciências naturais às ciências sociais. Esta postura se constituiu na perda de toque de toda uma valorização da idéia de planejamento social ocorrida a partir dos meados do século passado. Pode-se perceber que dentro desta visão está reservado um importante papel para a Ciência. É oportuno citar Vânia SANT’ANNA<sup>3</sup> quando assinala a importância dos pensamentos evolucionista e positivista “sobre as elites brasileiras no final do século passado, que as levou a postular a verdade e o valor absoluto da ciência como instrumento adequado à consecução de seus objetivos. ( ... ) Com o advento do capitalismo, o conhecimento científico desce do plano superestrutural para intervir como força motriz no plano infra-estrutural. Cientistas e tecnólogos, os novos profissionais definidos no processo de institucionalização da Ciência, tornaram-se elementos instrumentais das classes dominantes em seu esforço de organização do mundo social em todos os níveis”. A nosso ver, esta visão positivista que permeava o universo cultural de elite poderia explicar, pelo menos em parte, a criação de uma série de instituições de pesquisa científica no Brasil, durante o final do século XIX e o início do século XX. O modelo da ciência institucionalizada representou a escolha da ordem, da organização e do planejamento como veículo de eficiência e progresso.

(2) CRUZ COSTA, João. *Pequena história da República*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

(3) SANT’ANNA, Vânia M. *Ciência e sociedade no Brasil*. São Paulo, Ed. Símbolo, 1978. 148 p.

Voltando ao caso específico de São Paulo, a economia cafeeira gerou necessidades que foram atendidas com soluções onde se refletiu a visão de uma sociedade já transformada, em pleno processo de modernização. A saída para os problemas relativos à terra para o café, em seus múltiplos aspectos (isto é, qualidade, extensão, clima, quantidade de terras devolutas, demarcação das propriedades, etc) foi pensada nos moldes de uma instituição científica. Lembrando que “uma primeira constatação é o imediatismo que norteou a criação das instituições científicas e tecnológicas no Brasil, em geral visando a resolução de problemas prementes”<sup>4</sup> e ainda que, do período relativo ao final do século XIX, “restou a característica básica do processo de desenvolvimento da Ciência & Tecnologia em nosso país — a intervenção do Estado como sua força motora única, entendemos que a criação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo<sup>6</sup> encaixa-se perfeitamente neste quadro, ou seja, a Comissão veio satisfazer a necessidade de conhecimento preciso do território paulista.

A criação da CGG foi consubstanciada a 27 de março de 1886 quando, após tramitação de apenas 5 dias, o projeto nº 89 de autoria do liberal Antônio Carlos de Arruda Botelho, então Visconde do Pinhal, foi transformado na Lei nº 9. Na justificativa de seu projeto, o Visconde expôs de maneira cristalina a já referida ligação da CGG com os interesses cafeeiros, como bem ilustra o trecho que segue: “Sabem todos a extensão da Província de São Paulo, e quanto ainda há coberto e por assim dizer desconhecido. Devem também saber, que é justamente nessa parte mais desconhecida da Província onde a qualidade das terras se ostenta na sua maior urberdade, é justamente nessa parte onde se chamam conciliados a uberidade da terra com o clima temperado primeira condição da nossa principal lavoura, que é a do café”.<sup>7</sup> E as instruções baixadas a 7 de abril do mesmo ano contemplaram estas preocupações com certo nível de detalhe, prevendo a “organização de cartas, na escala de um centímetro por quilômetro, que serão ao mesmo tempo geográficas, topográficas, itinerárias, geológicas e agrícolas, e em que se representarão todos os centros de população e os estabelecimentos industriais e agrícolas de certa importância, os acidentes da superfície; as estradas de ferro e de rodagem; os cursos d’água; as minas, etc; a configuração e a elevação da superfície e a distribuição dos diversos terrenos geológicos e das terras de cultura e criação, bem como das improdutivas”.<sup>8</sup>

(4) DANTES, M. Amélia M. Institutos de pesquisa científica no Brasil. in: FERRI, Mário G. & MOTOYAMA, Shozo, *História das ciências no Brasil*. São Paulo, EPU; EDUSP, 1980, v.2.

(5) SANT’ANNA, V. M., op. cit.

(6) Daqui para diante, nos referimos sempre como CGG ou Comissão.

(7) Transcrito da Revista O IGG, XVIII (1): 19 — 30, Jan — Mar. 1966.

(8) Transcrito da Revista O IGG, XVIII (1): 30 — 31, Jan — Mar. 1966.

Voltando ao caso específico de São Paulo, a economia cafeeira gerou necessidades que foram atendidas com soluções onde se refletiu a visão de uma sociedade já transformada, em pleno processo de modernização. A saída para os problemas relativos à terra para o café, em seus múltiplos aspectos (isto é, qualidade, extensão, clima, quantidade de terras devolutas, demarcação das propriedades, etc) foi pensada nos moldes de uma instituição científica. Lembrando que “uma primeira constatação é o imediatismo que norteou a criação das instituições científicas e tecnológicas no Brasil, em geral visando a resolução de problemas prementes”<sup>4</sup> e ainda que, do período relativo ao final do século XIX, “restou a característica básica do processo de desenvolvimento da Ciência & Tecnologia em nosso país — a intervenção do Estado como sua força motora única, entendemos que a criação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo<sup>6</sup> encaixa-se perfeitamente neste quadro, ou seja, a Comissão veio satisfazer a necessidade de conhecimento preciso do território paulista.

A criação da CGG foi consubstanciada a 27 de março de 1886 quando, após tramitação de apenas 5 dias, o projeto nº 89 de autoria do liberal Antônio Carlos de Arruda Botelho, então Visconde do Pinhal, foi transformado na Lei nº 9. Na justificativa de seu projeto, o Visconde expôs de maneira cristalina a já referida ligação da CGG com os interesses cafeeiros, como bem ilustra o trecho que segue: “Sabem todos a extensão da Província de São Paulo, e quanto ainda há coberto e por assim dizer desconhecido. Devem também saber, que é justamente nessa parte mais desconhecida da Província onde a qualidade das terras se ostenta na sua maior urberdade, é justamente nessa parte onde se chamam conciliados a uberidade da terra com o clima temperado primeira condição da nossa principal lavoura, que é a do café”.<sup>7</sup> E as instruções baixadas a 7 de abril do mesmo ano contemplaram estas preocupações com certo nível de detalhe, prevendo a “organização de cartas, na escala de um centímetro por quilômetro, que serão ao mesmo tempo geográficas, topográficas, itinerárias, geológicas e agrícolas, e em que se representarão todos os centros de população e os estabelecimentos industriais e agrícolas de certa importância, os acidentes da superfície; as estradas de ferro e de rodagem; os cursos d’água; as minas, etc; a configuração e a elevação da superfície e a distribuição dos diversos terrenos geológicos e das terras de cultura e criação, bem como das improdutivas”.<sup>8</sup>

(4) DANTES, M. Amélia M. Institutos de pesquisa científica no Brasil. in: FERRI, Mário G. & MOTOYAMA, Shozo, *História das ciências no Brasil*. São Paulo, EPU; EDUSP, 1980, v.2.

(5) SANT’ANNA, V. M., op. cit.

(6) Daqui para diante, nos referimos sempre como CGG ou Comissão.

(7) Transcrito da Revista O IGG, XVIII (1): 19 — 30, Jan — Mar. 1966.

(8) Transcrito da Revista O IGG, XVIII (1): 30 — 31, Jan — Mar. 1966.



Na realidade, este plano de exploração da província já havia sido discutido pelo poder público (antes mesmo da apresentação formal do projeto nº 89 à Assembléia Legislativa Provincial) com o geólogo-naturalista norte-americano Orville Adalbert Derby, autor da proposta. É bom que se diga que a mesma não foi praticamente alterada quando da sua transformação em lei. Derby foi o primeiro Chefe da Comissão, tendo se cercado de uma pequena mas eficiente equipe, composta de destacados e competentes profissionais da época. É o caso de Theodoro Fernandes Sampaio, Alberto Löfgren, Luiz Felipe Gonzaga de Campos, Francisco de Paula Oliveira e Eugen Hussak, entre outros. Em virtude das características da proposta e da própria visão particular de Derby, a atuação da CGG se pautou por uma linha que poderíamos classificar de naturalista<sup>9</sup>. Os trabalhos foram direcionados para diversos campos: Geologia, Botânica, Geografia, Topografia, Meteorologia, Zoologia, Arqueologia, etc, na tentativa de produzir um perfil multifacetado do meio físico de São Paulo. A produção técnico-científico deste período, que para nós estende-se até a saída de Derby em janeiro de 1905, é vasta e variada, englobando tanto Boletins quanto mapas, além do primoroso Relatório da Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema.

Entretanto, a visão naturalista de Derby acabou por confrontar-se com os interesses mais imediatistas das elites e do poder público. Após quase 20 anos de trabalho, lutando contra dificuldades diversas, a Comissão ainda não havia cumprido a principal tarefa, que estava subjacente à sua criação: em 1905 o “sertão do Estado” — como era conhecida a região oeste além de Bauru — não se encontrava mapeado com o suficiente detalhe que viabilizasse sua exploração. Discordando da orientação essencialmente pragmática que o governo de Jorge Tibiriçá pretendia impor aos trabalhos da Comissão, Derby demitiu-se (e com ele alguns de seus auxiliares), sendo substituído pelo engenheiro João Pedro Cardoso, cujo perfil se encaixava bem no enfoque a ser adotado. Imediatamente, João Pedro organizou 4 expedições que, ao mesmo tempo, exploraram os rios Peixe, Feio, Paraná e Tietê. A análise dos Relatórios então produzidos permite detectar claramente a ideologia progressista triunfalista que norteou estas expedições, em flagrante contraste com a abordagem naturalista do período anterior. Este “espírito bandeirante” de desbravamento e submissão da natureza ao avanço material e econômico, perdurou nas expedições que se realizaram até 1915: rios Juqueriquerê, Ribeira de Iguape, Grande e Litoral Norte e Sul. A partir de então os trabalhos entraram no ritmo de levantamentos sistemáticos, abandonando os rios e partindo para o levantamento de extensas áreas. Este foi o caso da região centro-sul do estado (Sorocaba, Itapeva, Capão Bonito, Buri, etc.) e Vale do Paraíba.

(9) Na acepção de Naturalismo científico que marcou o século XIX.

Esta rotina somente foi quebrada em 1927, quando da transformação da antiga Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Refletindo as mudanças econômicas do segundo pós-guerra e da década de 20, a máquina administrativa do Estado procurou modernizar-se, atendendo às duas áreas-sustentáculo da economia paulista: a agricultura e a indústria. Em ambas, pode-se notar a tendência ao incremento da racionalização das atividades, o que de fato se deu em diferentes níveis. Nesse esforço, a Comissão também foi chamada a contribuir, e isto foi feito através da criação dos Serviços de Exploração do Sub-solo. Dispondo de uma verba suplementar igual a 6 vezes o orçamento da CGG para o ano de 1927, estes Serviços iniciaram o trabalho quase que imediatamente após terem sido criados, atacando em duas frentes. Um deles, o Serviço da Apatita, pesquisou e explorou as jazidas de apatita de Ipanema<sup>10</sup>, lançando as bases de uma tecnologia de aproveitamento mineral para fabrico de fertilizantes (super-fosfatos e adubos preparados). Este material foi fornecido para diversas instituições e para particulares, que iam de sitiantes a Prefeituras Municipais. O segundo Serviço — Serviço de Petróleo — visava atender a demanda energética da indústria paulista, um problema crescente. Este Serviço realizou, pela primeira vez, uma pesquisa sistemática de petróleo em território paulista, tendo chegado a resultados posteriormente confirmados pelos trabalhos da Petrobrás (nos anos 60) e da Paulipetro (nos anos 80).

Com os acontecimentos de 1930, São Paulo perdeu o poder político e a projeção a nível nacional, sofrendo inclusive intervenção federal. Isto se refletiu profundamente na vida do Estado e no setor público. A CGG foi duramente atingida, sendo rebaixada enquanto instituição: foi transformada na Diretoria de Serviços Públicos e da Carta Geral do Estado, o cargo de Diretor foi suprimido e seus objetivos ficaram reduzidos ao “cadastro das quedas d’água e o estudo do regimen das principais bacias hydrographicas” e aos “estudos sobre o aproveitamento das forças hydraulicas do Estado” (Decreto nº 5161 de agosto de 1931).

Apesar disso, a semente da CGG não morreu, sendo recuperada, com modificações, em 1935 na criação do Departamento Geográfico e Geológico, que em 1938 deu origem ao Instituto Geográfico e Geológico.

Da análise deste período de 45 anos, extremamente rico e variado, fica no entanto um traço fundamental que unificou todo o período. É que a CGG sempre atendeu, com eficiência e qualidade, aos interesses do poder público e dos grupos nela representados.

(10) A apatita é um mineral de onde se extrai fósforo.

Esta rotina somente foi quebrada em 1927, quando da transformação da antiga Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Refletindo as mudanças econômicas do segundo pós-guerra e da década de 20, a máquina administrativa do Estado procurou modernizar-se, atendendo às duas áreas-sustentáculo da economia paulista: a agricultura e a indústria. Em ambas, pode-se notar a tendência ao incremento da racionalização das atividades, o que de fato se deu em diferentes níveis. Nesse esforço, a Comissão também foi chamada a contribuir, e isto foi feito através da criação dos Serviços de Exploração do Sub-solo. Dispondo de uma verba suplementar igual a 6 vezes o orçamento da CGG para o ano de 1927, estes Serviços iniciaram o trabalho quase que imediatamente após terem sido criados, atacando em duas frentes. Um deles, o Serviço da Apatita, pesquisou e explorou as jazidas de apatita de Ipanema<sup>10</sup>, lançando as bases de uma tecnologia de aproveitamento mineral para fabrico de fertilizantes (super-fosfatos e adubos preparados). Este material foi fornecido para diversas instituições e para particulares, que iam de sitiantes a Prefeituras Municipais. O segundo Serviço — Serviço de Petróleo — visava atender a demanda energética da indústria paulista, um problema crescente. Este Serviço realizou, pela primeira vez, uma pesquisa sistemática de petróleo em território paulista, tendo chegado a resultados posteriormente confirmados pelos trabalhos da Petrobrás ( nos anos 60 ) e da Paulipetro ( nos anos 80 ).

Com os acontecimentos de 1930, São Paulo perdeu o poder político e a projeção a nível nacional, sofrendo inclusive intervenção federal. Isto se refletiu profundamente na vida do Estado e no setor público. A CGG foi duramente atingida, sendo rebaixada enquanto instituição: foi transformada na Diretoria de Serviços Públicos e da Carta Geral do Estado, o cargo de Diretor foi suprimido e seus objetivos ficaram reduzidos ao “cadastro das quedas d’água e o estudo do regimen das principais bacias hydrographicas” e aos “estudos sobre o aproveitamento das forças hydraulicas do Estado” ( Decreto nº 5161 de agosto de 1931 ).

Apesar disso, a semente da CGG não morreu, sendo recuperada, com modificações, em 1935 na criação do Departamento Geográfico e Geológico, que em 1938 deu origem ao Instituto Geográfico e Geológico.

Da análise deste período de 45 anos, extremamente rico e variado, fica no entanto um traço fundamental que unificou todo o período. É que a CGG sempre atendeu, com eficiência e qualidade, aos interesses do poder público e dos grupos nela representados.

(10) A apatita é um mineral de onde se extrai fósforo.

## A FARROUPILHA NOS DISCURSOS PARLAMENTARES

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci  
UNESP - Franca

O número 38 dos Estudos Leopoldenses trouxe-nos à luz a oportuna pesquisa sobre a Guerra dos Farrapos, na ótica dos discursos parlamentares, sob a coordenação da Profa. Helga Landgraf Piccolo que, com uma equipe de alunos da UNISINOS, logrou mais uma valiosa contribuição à historiografia brasileira.

Procurou a A., ao longo deste trabalho, demonstrar que o movimento dos Farrapos transcendeu, e de muito, seu significado regional, tendo alcançado mesmo uma repercussão nacional e com relevante expressão institucional-jurídico-ideológica, onde, no desdobramento da rebelião, “a esperança de pacificação do Rio Grande do Sul é a tônica dos discursos pronunciados sobre a Guerra dos Farrapos, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados” ( p. 72 ). Todavia, “atrás dos pronunciamentos, estava o interesse político-partidário” ( p. 93 ), interesse esse que a Profa. Helga procurou, a cada passo de seu estudo, resgatá-lo, principalmente, dando ao leitor oportunidade de perceber que, com a continuidade da guerra, também os liberais acabaram mudando o teor de seus discursos, muito embora as posições políticas se radicalizassem com a continuidade da revolta que, em última instância, era um desafio à política do governo central ficando “claro os ressentimentos pessoais que interferiram nas atitudes políticas” ( p. 122 ), permitindo a continuidade das “divergências quanto à condução da guerra contra os farrapos” ( p. 133 ).

Diz a A. que “fica claro que o empenho na pacificação influíra no uso das palavras e que atrás dos discursos estavam questões partidárias, procurando, os conservadores, trazer problemas aos liberais” ( p. 146 ), até porque, aqueles quanto estes, na sua grande maioria, eram contrários à revolta dos Farrapos.

Com grande propriedade a Profa. Helga analisou que a distinção entre “o discurso dos dois partidos, é que o liberal defendia o “direito à resistência armada”, princípio que os conservadores condenavam” ( p. 153 ). E, se para o governo central a Farroupilha fora desgaste político e material, “para os farroupilhas, a longa duração do movimento, iniciado em 20 de setembro de 1835, não representou o atendimento de nenhuma de suas reivindicações” ( p. 155 ).

Sendo o movimento dos Farrapos um campo aberto para amplos debates científicos, cremos, que a presente contribuição a partir dos debates parlamentares é mais um estímulo aos historiadores brasileiros para, a partir deste estudo, prosseguir em outros a fim de que os vários segmentos da vida política brasileira possam ser devidamente dimensionados e percebidos ao longo da formação de nossa sociedade.

## UM HOMEM INQUIETO: GOETHE

João Ribeiro Junior

Johann Wolfgang von Goethe nasceu a 28 de agosto de 1749, em Frankfurt am Main, e morreu no dia 22 de março de 1832, em Weimar. Foram seus pais Johann Kaspar Goethe e Elisabeth Textor Goethe.

Goethe fez seus estudos acadêmicos em Leipzig e em Strasbourg. Foi advogado até ser chamado, em 1755, para a Corte do grão-duque Carlos Augusto de Weimar, onde exerceu todos os cargos importantes: Conselheiro, Ministro e Presidente da Câmara.

Vivendo em uma época em que a gigantesca vaga cultural, que se formou no choque entre as culturas colonialista-escravista e industrial-urbana, que produziu personalidades dignas da grandeza do momento histórico, Goethe foi um Homem entre os grandes homens. Ele conferiu à vida um novo caráter sagrado.

Nesta época efervescente viveram Napoleão Bonaparte, Hegel, Beethoven, Schiller, Lord Byron, para apenas citar alguns nomes.

Goethe é o paradigma absoluto de homem de ação e de criatividade. A sua personalidade representa uma total e absoluta modificação da consciência cultural. É o fundador de uma cosmologia ( *Weltanschauung* ), ainda hoje válida, e para a qual, principalmente nós brasileiros, não estamos sequer amadurecidos.

No seu universalismo ideal e prático parecem fundir-se, em superior unidade, todos os opostos: é o grande conciliador da natureza e do espírito, da poesia e do pensamento filosófico, da idéia e da realidade, da cosmologia e da história do indivíduo e da sociedade, da personalidade e da comunidade.

Ninguém, antes ou depois dele, sondou com tão penetrante clareza os enigmas da alma e da poesia. Como asseverou: “o conteúdo poético é o conteúdo da própria vida”.

Goethe foi um homem voltado para todo o conhecimento; uma raridade hoje, neste mundo das especializações ( mundo dos *experts* em decisões ). É de se lembrar que Sócrates já ridicularizava, em sua época, e ria-se do afã extremado dos sofistas em quererem dar um valor excessivo à especialidade, como se aí apenas houvesse o único caminho para o conhecimento humano trilhar com segurança a sua marcha.

Goethe penetrou na Geologia, na Mineralogia, na Ótica ( seu livro **Teoria das Cores** é notável. Segundo Israel Pedrosa — **Da Cor à Cor Inexistente** — “os princípios levantados pela **Teoria das Cores** — em que pese a seus conhecidos equívocos — são as bases das artes visuais do século XX.” Goethe vangloriava-se de tal modo deste trabalho que, em **Carta a Eckermann**, datada de 19 de fevereiro de 1829, escreveu: “De tudo o que faço como poeta, não tenho a menor vaidade. Bons poetas viveram ao mesmo tempo em que eu, outros melhores ainda antes de mim, outros virão mais tarde; mas que no meu século eu seja o único que conheça a difícil ciência das cores, disso me vanglorio um pouco, e é por isso que tenho o sentimento de uma certa superioridade.”

E em tudo, Goethe mostrou sua habilidade de desenhista, ilustrando suas obras.

E o que dizer, então, na Literatura ?

Como participante do movimento pré-romântico **Sturm und Drang** ( Artigos de Lessing sobre Shakespeare, onde tenta reformular o classicismo, abandonando a versão francesa e substituindo-a por uma interpretação liberal de Aristóteles, ajudaram a inspirar o movimento ), — orientado por Herder, Goethe escreveu **Os Sofrimentos do Jovem Werther** ( *Die Leiden des Jungen Werther* ), no curto espaço de três meses, em 1774, que lhe valeu renome mundial. O romance não é só a história de uma louca paixão, mas, também, o exemplo de como um jovem, arrebatado pelas emoções, pode perder as energias, a força moral, a própria razão de viver.

Em vida, Goethe publicou mais de quarenta obras. Sua obra síntese é **Fausto**, que iniciou em 1775 e retomou em 1790, 1801, 1825, 1827, 1829 e 1831. **Fausto** representa todas as metamorfoses da existência de Goethe como homem universal. Esta tragédia ensina-nos que a ação como tal, se indiferente quanto ao fim e ao modo de levá-la a cabo, pode conduzir à juventude. O puro afã de atividade degenera em violência e se transforma em portador da morte.

A figura de Fausto no século XVI aparece em múltiplos relatos e narrativas, mas são raros os dados que permitem reconstruir a dimensão histórica do personagem real. Entretanto, é possível afirmar, de acordo com relatos históricos, que entre os anos de 1480 e 1540, aproximadamente, viveu um professor de Heidelberg de nome Georg Faust, discípulo de Lutero, de duvidosa reputação.

A época em que viveu era de transição e de crise. Copérnico havia pronunciado, no ano de 1500, em Roma, as suas célebres preleções astronômicas, para o desespero da Igreja, que ainda adotava o sistema ptolomaico, que tinha a Terra como centro do Universo. O movimento da Reforma se anunciava e as agitações sociais, que viriam caracterizar

o século XVI, começam a manifestar-se. Moviam-se as guerras dos camponeses; os levantes da pequena nobreza estavam na ordem do dia, enquanto as estruturas eclesiásticas se viam abaladas.

Em 1506, apareceram as primeiras menções históricas acerca de Fausto, logo famosos por suas alianças diabólicas, e seus efeitos considerados sobrenaturais. Firma-se, assim, a lenda, muitas vezes modificada, que ainda no próprio século XVI é realçada pela primeira versão literária.

O editor Iohan Spies publica em 1587, em Frankfurt, a **História do Doutor Fausto**, de autor desconhecido. Em 1604, o poeta inglês Marlowe escreve **A Trágica História do Doutor Fausto**, onde afirma que o inferno está em nós mesmos. Em 1685, é apresentada a primeira dissertação universitária a respeito do assunto na Universidade de Wittenberg, examinando a vida do grande mágico, e concluindo por bani-lo “academicamente” da vida real, uma vez que o transfere, juntamente com o chamado “romance mágico”, para o campo da pura imaginação.

Sabe-se que Goethe inspirou-se no teatro de fantoches ( **puppenspielle** ) e em todos os relatos acessíveis, relativos ao Fausto, desde a **História do Doutor Fausto** até as histórias que, anonimamente, se encontravam em circulação, centradas em feiticeiros ou curandeiros, que teriam vendido a sua alma ao diabo em troca de fortuna, eterna juventude, ou amor.

O **Fausto** de Goethe é o símbolo da vida humana. É o grande drama do saber e da paixão. Na primeira parte, publicada em 1808, a trama é o pacto de Fausto, que aspira a uma verdade superior, com Mefistófeles, a antítese das boas qualidades do sábio. Ou em outros termos: o conflito entre o desejo de infinito e a sujeição do instinto, que complementam-se perante Deus.

Nele combinam-se a rebelião e o querer irrefletido de Prometeu com o pessimismo de Werther. E a aliança com Mefistófeles. nada mais é que a busca sem peias nem limites do próprio infinito, por sobre as barreiras do finito. Neste impulso de atividade pura, há um duplo pecado: contra Deus, porque o pacto com o diabo é um pacto com a negação de Deus; e contra o homem, porque sua rebelião contra a ordem cósmica é um abandono da humanidade. Mas, em Fausto, há algo de positivo, que Mefistófeles não possui, por não ter um órgão para as coisas superiores. O positivo está justamente no seu impulso dissonante, nesta dualidade antitética que ora o atira, na sua sede titânica, para o saber sobre-humano ( Mefistófeles ), ora o lança ao amor do mundo finito que o faz feliz ( Margarida ).



A tragédia de Margarida ( Gretchen ) é um dos mais belos e comoventes momentos da poesia alemã.

Na segunda parte do **Fausto**, cuja redação efetiva deve estar entre 1826 e 1832, temos um poema metafísico, onde Fausto ( a ciência ) casa-se com Helena ( a beleza ) e dessa união ( símbolo da iniciação, o **Mysterium Coniunctionis**, i. é., a composição dos opostos psíquicos na Alquimia ) nasce Euforion ( a alma perfeita ).

Fausto será redimido pela suprema harmonia universal no seio de Deus, que transforma o mal em bem. A tentação satânica está a serviço de Deus, assim, **Fausto** transforma-se num drama de redenção em que, através da culpa, o herói ascende à pureza e à libertação transcendente.

Como escreve Goethe: “A razão participa mais ( ... ) A efbulação teve de aproximar-se da idéia e por fim desposar os seus contornos ( ... ) O tratamento do assunto teve de abandonar o específico e entrar no genérico, porque especificação e variedade são apanágio da juventude”.

Esta segunda parte tende para o lirismo e para a epopéia. Fausto torna-se, então, o símbolo da humanidade que erra enquanto age, mas que deve agir para atingir o ideal que ela mesma entreviu.

Um dos momentos mais belos e comoventes do **Fausto** são os seguintes versos, que, numa simplicidade profunda, Goethe coloca na boca de Fausto, quando este comete o pacto com o diabo:

Se disser ao momento quando foge  
 És tão belo, demora-te ! Encadeia-me,  
 Sucumbo satisfeito ! Que então dobre  
 Por mim a campa de finados, cesse  
 O serviço que fazes, sê liberto;  
 Pare o relógio e o ponteiro caia  
 De minha vida soe a hora extrema !

( trad. Agostinho d’Ornellas )

Goethe quis atingir a unidade interna do homem, purificando-a mediante uma interpretação espiritual superior do sentido da existência. Assim, toda a sua obra representa uma ascese que parte dos poderes e fundamentos vitais, de caráter físico-material e que se afloram na sua juventude, até a espiritualidade luminosa.

Sem dúvida alguma, Goethe foi um gigante. O liberalismo do século XIX viu nele o seu ideal de vida, e interpretou o **Fausto** como o símbolo do homem alemão. Nietzsche irá demonstrar isto, e Thomas Mann irá alargar a compreensão total da mensagem goetheana, que nada mais é do que o drama do homem por excelência.

## UMA HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

José Roberto do Amaral Lapa

Resenhar o último volume de uma obra coletiva que se estendeu por 24 anos de trabalho, recrutando o concurso de 101 cientistas sociais, das mais diversas especializações e tendências, nacionais e estrangeiros, em 11 volumes, confrontando duas gerações desses cientistas, compreendendo a formação econômico-social brasileira em seus mais variados ângulos no relacionamento dialético entre a base econômica e a estrutura social, as ideologias e o aparato jurídico, a política e os movimentos sociais, torna-se difícil menos por uma suposta e inatingível unidade da obra nas dimensões que apontamos e mais pelo interseccionamento permanente que a realidade histórica abrangente que foi objeto de estudo permite e pela saudável opção de pluralismo que presidiu a empresa em suas duas etapas de direção.

Assim e por isso, não é este o momento de cobrar ausências — de nomes e temas — ou de apontar eventuais limitações e contradições — de ordem empírica e teórica — ou discutíveis critérios e tendências desdenhadas, entre os diferentes autores, pois seriam de qualquer maneira adjetivas diante do porte da obra, do que representa para os padrões científicos que são praticados no processo de produção do conhecimento histórico brasileiro, dentro e fora da Universidade.

Quando do lançamento dos dois primeiros volumes, também a saudamos com uma resenha na Revista **Anhembi**, de Paulo Duarte (nº 125, vol. XLII, Ano XI, abril de 1961, pp. 571/579), reconhecendo as nossas limitações para uma apreciação crítica, uma vez que o trabalho apenas se iniciava, previsto que estava para 3 tomos com 4 volumes, previsão essa que Sérgio Buarque então nos confessava que deveria ser excedida, como de fato aconteceria, pois atingiu 3 tomos com 11 volumes, sendo dirigida até o 7º volume (Colônia e Império) por Sérgio Buarque de Holanda e do 8º ao 11º (República) por Boris Fausto.

Ao lado dessa então impossibilidade de termos uma visão de conjunto de algo que apenas se iniciava, havia ainda o fato de que estava sendo elaborada por uma equipe de especialistas em diferentes áreas do conhecimento que se agremiavam para oferecer sua contribuição à análise de nossa realidade histórica.

A partir dessas preliminares, detenhamo-nos em pinçar algumas das colocações representativas sobre a economia e a cultura, que são as “instâncias” para as quais este volume foi reservado, tratando do período de 1930 a 1964, ainda que alguns capítulos recuem ou avancem, como é natural, em relação a esses cortes cronológicos.

Na parte de Economia, o capítulo III — “O desenvolvimento da produção agropecuária 1930-1970”, parte de uma concepção integrativa, mas dialeticamente de contradição entre o setor agropecuário e o industrial, que constituem um confronto e/ou complementação, cuja evolução nos debates e posições vêm premeando a história do Brasil, pelo menos nos últimos 180 anos (v. nos albores da Independência a “Carta aos Srs. Eleitores de Minas Gerais”, de Bernardo Pereira de Vasconcelos).

Para localizar, definir e redimensionar o desempenho daquele setor, em termos capitalistas (de um subsistema interno) nos últimos 40 anos, o autor contribui para o avanço do nosso conhecimento científico e da própria prática política, particularmente na medida em que supera, com demonstração qualitativa e quantitativa, **slogans** tipos “vocaçao eminentemente agrícola” x “industrialização é a solução”.

Ganha importância, entre outras questões, em suas colocações sobre a transferência de funções produtivas, o desenvolvimento da produtividade do trabalho, a sua divisão a nível nacional, as diferentes modalidades de expansão das fronteiras agrícolas, etc., o resgate do mercado interno, também geralmente relegado nas análises históricas do nosso processo de industrialização, que superestimam o peso das exportações (comércio exterior) em nossa expansão industrial, particularmente antes de 30.

O trabalho “Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento”, ainda que se contenha a nível de uma síntese histórica bem elaborada, aponta algumas questões fundamentais para a compreensão do desenvolvimento brasileiro — via industrialização — mais recente, chegando até os nossos dias, como por exemplo, a luta de classes como fator decisivo para a Abolição, o que aliás poderia ter cruzado com a afirmação sobre a liquidação do escravismo, da p. 23, para evitar aparente contradição.

Aos propósitos de síntese que tem o texto é que se pode atribuir a responsabilidade por algumas colocações extremamente polêmicas no debate atual, que recebem entretanto tratamento ausente da preocupação de questionar o que há nelas de discutível.

De qualquer maneira, a articulação dos mercados regionais internos, na passagem do artesanato para a manufatura, dependente da malha viária na sua extensão e transformações e da divisão inter-regional

do trabalho, são muito bem colocados, acompanhados a seguir cada desdobramento — político e econômico — do processo de industrialização até a hegemonia do capital monopolista com suas implicações sociais.

Já em “A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização”, mostra-se com pertinência o itinerário de contradições e opções cumprido pela Igreja Católica — de 1930 a 1945 no seu relacionamento com o Estado e a Sociedade. Esse percurso terá um decisivo momento com a institucionalização da CNBB (1952), que ocorre num processo de expansão e radicais transformações, em definições bastante polemizadas, particularmente perante o marxismo. Trata-se de postura substantiva e irreversível perante a exploração capitalista no período que se segue, como é demonstrado no estudo “Igreja Católica: 1945-1970”, no qual se examina aquela postura nos grandes debates nacionais, como a injustiça social, a questão da terra, os operários e os índios.

Em “Poesia e prosa de ficção”, enriquece-se a análise do Modernismo, dentro das conotações regionais, que assume em suas dimensões equívocos estéticos e sociais, o que vai acontecer também em outro contexto histórico com a chamada “geração de 45” e as que seguiram, mas agora mais sensíveis explicitamente à realidade que sofria a sociedade brasileira, sem diminuir contudo um refinamento estético — da carpintaria à arquitetura literária — e multiplicando o seu enriquecimento temático e de conteúdo com a incorporação da seca, do cangaço, do misticismo, dos valores do sertão, do coronelismo no universo rural e do fantástico, do erótico, do político, do marginal, da violência no palco urbano, saltando em suas origens (dos escritores) da província para a metrópole (p. 461).

Por último e apenas a título de mais um exemplo, sem preocupação de destaque, em “A malandragem e a formação da música popular brasileira”, é desenhada a representação da velhacaria social, curtida e institucionalizada — tema caro a críticos literários e cientistas sociais — expressa na música popular brasileira. Criação do escravismo e de uma sociedade estatamental — o seu jogo de cintura, o balanço que vai da malevolência à pacholice — não foi vencida pela emergência capitalista com sua racionalidade, códigos e enquadramentos no universo do trabalho, que quando muito consente a sua convivência oscilatória mas constante, traspassando de alto a baixo a estratificação social, relaxando às vezes até com a luta de classes...

No mais mesmo, seria de desejar-se certa continuidade enciclopédica da obra, desde que o seu objeto de estudo — para nosso regozijo — continua impávido colosso !

Na ausência ou talvez até impraticabilidade comercial de um projeto desse alcance, vale registrar que a obra representou contudo a melhor maneira que assistimos de produzir-se um conhecimento histórico sobre o Brasil nestes últimos 20 anos — com suas tendências e métodos, abordagens e temas — o que entretanto já na altura deste último volume, mostra mudanças substantivas — teóricas e empíricas — que esta “História Geral da Civilização Brasileira”, não conseguiu na verdade incorporar.

## FERNANDO COSTA, o administrador

Roberto Machado Carvalho

A passagem do centenário de nascimento de Fernando de Sousa Costa, dia 10 de junho do ano em curso, faz por merecer um registro especial. Além de notável administrador e ampla visão dos problemas nacionais, Fernando Costa, com seu corpanzil, banacheirão, espírito alegre e comunicativo, possuía qualidades humanas que o dignificavam perante seus contemporâneos. Credenciais suficientes para ocupar um lugar de relevo na história, mormente a paulista. Apesar de servir à ditadura getulista, manteve-se afastado das lides políticas, preferindo dar largas à sua verdadeira vocação: administrar, com competência e honradez, tornando-se um autêntico servidor público, tanto na esfera estadual como na federal.

Natural de São Paulo, capital, fez os cursos primário e secundário no Liceu do Sagrado Coração de Jesus. Interessando-se, desde jovem, pelos assuntos rurais, seguiu para Piracicaba, ingressando na Escola Superior de Agricultura "Luís de Queirós". Em 1907, contando apenas 21 anos, recebe o diploma de engenheiro agrônomo. Casando-se com D. Anita da Silveira Costa, transferiu residência para Piraçununga que, daí por diante, será sua terra adotiva. Inicia então, uma brilhante carreira de técnico em questões da agro-pecuária e homem público. A começar de sua fazenda, naquele município, considerada modelo, pelas técnicas modernas que aplicava na utilização do solo.

Não demorou para Fernando Costa ser guindado a exercer cargo público. Em 1912, foi eleito prefeito de Piraçununga. Demonstrou logo ser um administrador esclarecido, dinâmico e realizador. Além de remodelar a cidade, com praças e jardins, deu-lhe uma completa infraestrutura, instalando rede de águas, esgotos e eletricidade. No terreno social, fundou o Asilo de Mendicidade e o Orfanato, modernizou a Santa Casa e construiu prédio do Fórum e cadeia. No campo da educação, Fernando Costa, em todos os cargos que ocupou, preocupou-se com a expansão e qualidade do ensino. Ainda em Piraçununga, mandou construir a Escola Normal.

Sem pertencer ao Partido Republicano Paulista, dominante na época, elegeu-se, em 1918, deputado estadual, sendo reeleito por três legislaturas, até 1927. Entre seus projetos mais importantes, estavam: a valorização do homem do campo, a abertura de estrada, a difusão do en-

sino primário, secundário e o profissional e a criação do Parque da Água Branca, na Capital, que, mais tarde, numa justa homenagem, recebeu seu nome.

Em agosto de 1927 foi convidado pelo presidente do Estado, Júlio Prestes, a integrar o secretariado na Pasta da Agricultura, Indústria e Comércio. Grande entusiasta das causas da lavoura e criação de gado, desenvolveu a policultura, promoveu a campanha para melhorar a qualidade do café, implantou, em bases modernas, a indústria animal e incentivou a realização de feiras e exposições. A intensa atividade que imprimiu na Secretaria, frutificou em outros setores: o ensino e a pesquisa agrônômica, o reflorestamento, a ampliação dos serviços meteorológicos, as estações experimentais de plantas, animais, caça e pesca, a proteção aos índios, o incentivo à criação de parques nacionais.

Logo após a Revolução de 30, vai ocupar a presidência do então Departamento Nacional do Café. Por ocasião do golpe do Estado Novo, em 1937, Getúlio Vargas convidou o eminente paulista a ocupar o Ministério da Agricultura. No exercício do alto cargo, Fernando Costa levou para o âmbito nacional, sua capacidade administrativa. Foi um ministro popular, não só pelas qualidades já apontadas como pelas inúmeras viagens que realizou pelo interior do país, sempre preocupado em se aproximar do homem do campo, para conhecê-lo melhor e tomar ciência, in loco, dos problemas da terra. Para a agricultura, foi grande a *contribuição de Fernando Costa*: ampliação das culturas de frutas e hortaliças, expansão da cultura do trigo, plantio e exportação de plantas têxteis, campanha do café fino, melhoria e expansão da citricultura criando as "Casas da Laranja", melhoria da cultura da uva, incrementando a indústria vinícola, introdução do sistema rotativo de culturas, de adubos químicos e de novas técnicas de combate à erosão. Para a pecuária, tratou de incentivar o aumento dos rebanhos e desenvolver a indústria da carne e laticínios. Criou diversos e importantes órgãos: Instituto Biológico, Diretoria de Inspeção do Fomento Agrícola, da Indústria Animal e de Terras e Colonização e o Conselho Superior da Agricultura. Reorganizou o Instituto Agrônomo de Campinas, o Serviço Florestal do Estado, a Comissão Geográfica e Geológica, o Serviço Meteorológico e a Escola Veterinária de São Paulo. Homem de idéias avançadas, previu as conseqüências da monocultura cafeeira, especialmente com a crise de 1929, recomendando a policultura como uma das soluções. O fato se repetiria, com a Segunda Guerra, quando incentivou o uso do gasogênio nos veículos, como solução da falta de combustível líquido.

Diante da grandeza de sua administração, não foi surpresa sua nomeação, por Getúlio Vargas, para Interventor Federal no Estado, em 4 de junho de 1941. Seu governo foi dos mais produtivos. Tolerante, paciente e bom, governou sem rancores, procurando unir a sociedade

paulista, o que era incomum naquele tempo de ditadura e guerra mundial. Conquistou definitivamente a admiração do povo paulista. E não era para menos. São inúmeros dos Decretos-Leis que assinou, impulsionando o progresso do Estado, em todos os setores. Para se ter uma idéia, basta registrar o campo da educação. Fernando Costa foi um grande criador de escolas e muitas cidades foram beneficiadas. Entre as secundárias, os ginásios de Capivari, Cajuru, Dois Córregos, Jacarei, Jaú, Mogi-Mirim, Limeira, Pindamonhangaba, São Joaquim da Barra e São José dos Campos, a transformação de ginásios em colégios de Itu, Mogi das Cruzes e Penápolis, a escola agrícola-industrial de Pinhal, as escolas industriais de Casa Branca e Limeira, as escolas ferroviárias do Estado para seleção de pessoal, as escolas Normais, de formação do professor primário, de Bauru, Itapira, Jundiaí, Lins, Mirassol, Piraju, Taquaritinga e Taubaté.

Entre seus últimos atos, a promulgação da Carta Constitucional do Estado, em 24 de outubro de 1945 e que vigorou até a nova Constituição, aprovada pela Assembléia Constituinte estadual, eleita em 2 de dezembro do mesmo ano.

Fernando Costa deixou a Interventoria para se dedicar, como candidato a governador, à campanha eleitoral das eleições populares de 1947. Logo no início, porém, a 21 de janeiro de 1946, quando retornava de Piraçununga, seu carro desgovernou-se e bateu violentamente num poste de cimento, à beira da velha estrada Campinas-São Paulo. O falecimento do ilustre brasileiro repercutiu intensamente. Grande multidão acorreu ao cemitério da Consolação para levar o último adeus de São Paulo ao seu pranteado e honrado filho.

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Almeida, Cel. Adhemar Rivermar de — Montese: marco glorioso de uma trajetória. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1985. 200 p. ( Publicação nº 548; Col. General Benício, v. 235 ).

Participando das comemorações do quadragésimo aniversário da vitória das Forças Aliadas na Segunda Guerra Mundial, a Biblioteca do Exército voltou-se, em suas atividades editoriais, para os feitos da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália, incluindo em seu programa alguns livros de integrantes desse contingente de nosso Exército. Entre estes, o que aqui se registra, que trata particularmente da ocupação de Montese, evento do qual o autor foi participante, constituindo, por isto e ainda por outras qualidades do livro, excelente contribuição à nossa historiografia militar. ONM

Azevedo, Paulo de Campos — Paraitinga no meu tempo. 1986. 210 p.

“Instantâneo de uma cidade”, poderia o autor ter intitulado este seu bem elaborado livro sobre São Luís do Paraitinga, na época em que ele aí viveu. Não quis fazer uma história da cidade, como, certamente, bem o poderia ter feito. Não. Escrupulosamente, limitou-se à cidade do seu tempo. Portanto, livro marcado sobretudo pela vivência. Numerosas fotografias ilustram o texto. Menção especial para os capítulos sobre as velhas fazendas e sobre as manifestações folclóricas. ONM ( Cortesia do autor ).

Bromberg, Rachel Mizrahi — A Inquisição no Brasil: um capitão-mor judaizante. Pref. de Anita Novinsky. São Paulo, Centro de Estudos Judaicos da Fac. de Filos., Letras e Ciên. Humanas da Univ. de São Paulo, 1984. 138 p. ( Série Judaica-Brasil, 2 ).

Este trabalho é o resultado de pesquisas realizadas sobre a vida, as atividades e o destino do capitão-mor Miguel Teles da Costa, que governou a Capitania de Itanhaen, de 1702 a 1705 e que foi preso pela Inquisição portuguesa em 1710. Seu processo encontra-se manuscrito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal, donde a autora o obteve por cópia em microfilme. Diversas as razões que a levaram a investigar a vida do capitão-mor, todas elas ponderáveis: “a dicotomia entre a legislação portuguesa e sua aplicação no Brasil, que permitiu que um português descendente de judeus,



proibido, por nascimento, de ocupar qualquer cargo público, alcançasse uma das mais altas posições na governança colonial; a importância de sua família, constituída de proeminentes mercadores, que se envolvera no alto mundo das finanças e se relacionara com membros da nobreza e da igreja; sua estranha vida, dividida, como a de muitos cristãos-novos, entre um catolicismo imposto e um judaísmo desconhecido; a personalidade dinâmica e impulsiva do capitão-mor que se manifesta na conflituosa relação que teve com as autoridades locais e, ainda, um conjunto de fatores que o transformaram em transgressor das ordens da Metrópole, quando dela era um representante”. Trabalho bastante documentado e com indicação precisa das fontes utilizadas. ONM ( Cortesia da editora ).

Buescu, Mircea — Brasil: problemas econômicos e experiência histórica. Rio de Janeiro, Forense — Universitária, 1985. 253 p.

“A matéria deste livro é a história econômica do Brasil, desde os primórdios até datas recentes. Entretanto, ao invés de adotar a tradicional seqüência cronológica, o livro procede à análise dos principais aspectos do processo econômico sob o prisma histórico. Assim, depois de uma apresentação global da evolução econômica do Brasil, são abordados temas fundamentais, como: mão-de-obra, formação de capital, ocupação territorial, agricultura, industrialização, comércio exterior, inflação, distribuição da renda, assuntos de permanente atualidade, cuja compreensão pode tornar-se mais fácil quando considerados em perspectiva histórica. Apesar do tratamento de acordo com a teoria econômica e em base estatística, foram evitados abusos que pudessem dificultar a leitura”. ( Da apresentação da editora ). Numa série de oito “apêndices”, trata o autor dos seguintes temas: Metodologia quantitativa e qualitativa em História; Identificação cronológica do arranco brasileiro; Legitimação econômica da ocupação do Rio Grande de São Pedro; Custo da mão-de-obra escrava; Brasil 1907: um exercício macroeconômico; Grandeza e queda da cafeicultura fluminense; Uma reavaliação da política econômica do Segundo Reinado; O sopro inflacionário durante a “Belle Époque”. ( Cortesia do autor ).

Buescu, Mircea — Métodos quantitativos em história. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1983. 132 p.

Mircea Buescu, que é um dos pioneiros do “quantitativismo”, aplicando esta metodologia à História do Brasil, redigiu este manual, que constitui um instrumento de trabalho acessível e indispensável para os estudiosos em todas as disciplinas sociais e, principalmente,

em História. Trata o livro dos principais conceitos e métodos estatísticos — séries, frequências, médias, modas, índices, representações gráficas, etc. — descrevendo sua manipulação e explicando seu significado lógico. Todos os temas são ilustrados com exemplos tirados da História do Brasil e, para a aprendizagem dos leitores, são incluídos exercícios, cujas soluções estão expostas no fim do volume. ( Nota da editora. Cortesia do autor ).

Buzaid, Alfredo — Camões e o Renascimento. São Paulo, Saraiva, 1984. 168 p.

Demos a palavra ao próprio autor: “Para situar Camões na evolução do pensamento europeu, para compreendê-lo historicamente e para avaliar a essência da sua mensagem, força é analisar a sua concepção de vida e do mundo, indicando se ele pertence efetivamente à cultura medieval, cujo substrato é a religião cristã, ou ao Renascimento, que, rompendo com a unidade de ideais da Média Idade, restaura o fio da tradição greco-romana, a beleza de suas letras e artes e o paganismo da Antigüidade (...) Nascido no século do Renascimento e tendo sofrido a sua influência, Camões parece ser antes um herdeiro da Idade Média do que um homem do seu tempo. Do Renascimento hauriu o culto das letras, o conhecimento da mitologia e os desvarios do paganismo. Mas a quintessência do seu ideal está no pensamento medieval, cujo fio de continuidade abraça, defende e preserva, cujos méritos louva e cujo esplendor exalta em versos de beleza perene. Dentre os seus contemporâneos nenhum outro quiçá sobreleva a Camões na fidelidade aos princípios da filosofia e da religião. É nestas raízes históricas que Camões vai buscar a solução dos problemas de Deus, da vida humana e do mundo material”. Para quê dizer mais deste belo livro ? ( Cortesia do autor ).

Carvalho, Hilário Veiga de — O erro de “Os Lusíadas”. São Paulo, Global, 1976. 110 p.

Camões é hoje uma personalidade polêmica e continua a ser, depois de quatro séculos, objeto de intenso estudo em razão das suas marcantes características pessoais. Se ele pode representar o símbolo do nacionalismo lusitano, sendo por isso o alvo de críticas agudas dos que obedecem a uma orientação política mais internacionalista, ele é também, como paradigma excelso da Renascença, um espírito amplamente universal. Daí o interesse permanente que continua a despertar. Neste livro é realizada a síntese dessa personalidade singular, ainda incompreendida pelas múltiplas faces que apresenta; e é também exposta a razão pela qual o poeta lírico se tornou o vate

épico rutilante, com a circunstância de haver escrito **Os Lusíadas** fora de Portugal e longe de bibliotecas ou fontes outras em que pudesse colher informações para o elevadíssimo conteúdo de sua imensa obra. Todos esses aspectos, inclusive o do seu grande amor, são neste livro estudados documentadamente. ( Nota da editora; cortesia da família Veiga de Carvalho ).

Carvalho, Côn. José Geraldo Vidigal de – Temas Pedagógicos. Ouro Preto, Imprensa Universitária da UFOP, 1984. 170 p.

“No mundo aturdido em que hoje vivemos, no qual se entrecruzam fatos e idéias freqüentemente alimentados por um sutil e dissolvente materialismo, é por demais gratificante a leitura de um livro como este que o Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho acaba de trazer a público”. Assim escreveu o professor Iulo Brandão, da nossa Unicamp. E acrescenta que, nele, o autor “aborda uma série de temas, todos eles de alta relevância para a compreensão do homem em sua globalidade”. O magnífico prefácio que Iulo Brandão antepôs ao livro mostra-nos a trajetória e as preocupações intelectuais do ilustre intelectual de Mariana, de cujas obras já temos ocupado nesta revista. A destacar-se, sem menosprezo aos demais temas, os inseridos na seção “Aspectos pedagógicos da História”, onde são abordados assuntos significativos para a Historiografia, tais como: análise científica da História, a História em perspectivas opostas, as novas possibilidades da História, o homem inserido na História, valorização do tempo, entre outros. ONM ( Cortesia do autor ).

Cezar, Adilson – Notas para a lavoura canavieira em Sorocaba. Sorocaba, Fundação Dom Aguirre, 1984. 151 p.

Apresentando o presente volume, escreveu com toda a propriedade Luiz Almeida Martins Filho, presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba: “esta obra coloca nos devidos termos para aqueles que ainda crêem na possibilidade da História séria, baseada em documentos, o papel da nossa Sorocaba no desenvolvimento da lavoura canavieira”. “Obra inédita na historiografia brasileira”, diz o mesmo apresentador, fundamentada em sólidas pesquisas, embora o próprio autor reconheça que “está longe de exaurir a temática”. Dificilmente alguém esgota uma temática. O importante que o livro do ilustre professor sorocabano trouxe uma substancial contribuição ao conhecimento não apenas da história sorocabana, mas da própria história econômica de São Paulo. “Do exposto – conclui o autor – foi-nos possível acompanhar em seus traços gerais, toda a trajetória da lavoura canavieira e seus derivados

em nossa localidade, desde o seu advento, participante de uma agricultura de subsistência. Em um crescendo, no século XIX, passa a corresponder em parte às perspectivas de um capitalismo agro-exportador. Impossibilitada de acompanhar as transformações que se operam no setor, sobrevem seu declínio. Concluímos que a contribuição de Sorocaba para a produção canavieira paulista é bastante inferior à de outras regiões e, por isso, deve ser considerada apenas como uma área de fronteira entre os grandes produtores e os não-produtores. Se a contribuição de Sorocaba, indiscutivelmente, em termos de **produção canavieira** não se destaca no conjunto dos produtores, tal não ocorre na economia açucareira, onde outros fatores **além da produção** devem ser considerados, pois se interdependem. É preciso destacar a influência decisiva que a economia sorocabana vai exercer na criação e sustentáculo da infra-estrutura que vai permitir a existência economia açucareira paulista. Especialmente dois aspectos dessa infra-estrutura gerada pela economia sorocabana devem ser lembrados como vitais para sua manutenção e desenvolvimento: o **tropeiro** e a **siderurgia**". ( Cortesia do autor ).

Ferretti, Sérgio Figueiredo — Querebentan de Zomadonu: etnografia da Casa das Minas. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 1985. 324 p. ( Coleção Ciências Sociais, série Antropologia ).

Em São Luís do Maranhão, conserva-se um culto de origem africana na Casa das Minas, baseado nos conceitos religiosos dos Fon de Daomé ( Benim ) que foi introduzido no Brasil por escravos descendentes da família real de Abomey. As divindades invocadas são, na maioria, antepassados dos reis deste país. O autor apresenta excelente descrição da história deste centro religioso, que se continua no mesmo lugar, há cerca de um século e meio. Refere-se à teogonia e descreve os principais ritos. Após anos de contacto íntimo com os crentes, conseguiu penetrar em aspectos íntimos da religião e presenciar festas que até hoje não tinham sido descritos em detalhes. Descreve cânticos e danças, alimentos rituais, trajes cerimoniais. Capítulo interessante é o que se refere às práticas médicas associadas ao culto, aos banhos em infusões de ervas e ao tratamento da loucura. A última parte do livro consiste em estudo detalhado da irmandade que dirige os ritos e do processo de iniciação dos novos membros do grupo. Graças a esta organização social, foram conservados muitos dos aspectos nitidamente africanos. É uma importante contribuição ao estudo das religiões afro-brasileiras. ( Nota da Dra. Angelina Pollak-Eltz, da Universidade Católica Andrés Bello, Caracas ). O autor é professor de Antropologia e Cultura

Popular na Universidade Federal do Maranhão; graduado em História e Museologia no Rio de Janeiro, fez curso de pós-graduação em Sociologia do Desenvolvimento na Bélgica. ( Cortesia da Univ. Fed. do Maranhão ).

Fonseca, Walter — História de uma vida: João Severiano da Fonseca Hermes. São Paulo, 1985. 63 p.

João Severiano da Fonseca Hermes deixou indelevelmente marcada a sua passagem na história pátria, notadamente nos primórdios da República. No magistério, no jornalismo, no parlamento, na justiça, e em muitos outros setores onde atuou, sempre se colocou como líder de primeira grandeza. Nascido na cidade gaúcha de São Gabriel, em 1858, viveu no Rio de Janeiro, em Petrópolis, em Barbacena, em Juiz de Fora ( onde teve atuação destacada na imprensa, na política e no magistério ) e novamente no Rio de Janeiro, para onde voltou após a proclamação da República e onde viveu até o fim de sua vida, em 1937. Foi secretário do governo provisório republicano, deputado em várias legislaturas, até pouco antes de 1930. Escolhendo-o como patrono no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Walter Fonseca, seu sobrinho, traçou-lhe o perfil exigido de praxe dos membros titulares, abordando com clareza e pertinência, as diversas facetas da personalidade do ínclito brasileiro. ONM ( Cortesia do autor ).

Iglésias, Francisco — A industrialização brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1985. 94 p. ( Col. "Tudo é História", v. 98 ).

"Pelo seu impacto na sociedade e na economia, a indústria tem merecido as atenções dos cientistas sociais. Dela trataram técnicos de diversa especialidade. A análise do historiador também é exigida, pois é a mais indicada para dar as linhas da dinâmica. A perspectiva da História é tentada aqui, dentro das limitações do volume reduzido. O tema já bem colocado na bibliografia, incluindo a área historiográfica. Visão de síntese pode ajudar à sua melhor compreensão e talvez até mesmo encaminhamento. Cerca de quatro séculos são abarcados em poucas páginas, sem pretensão de abrangência ou profundidade. O desejo de ajudar o estudante de ciência social, nos vários cursos hoje existentes ou no nível dos colégios, move-nos à elaboração do presente texto". Nada mais seria necessário dizer deste pequeno livro. Como o autor bem o disse, ajuda à melhor compreensão e ao encaminhamento do assunto, sobre o qual há valiosa bibliografia, mas, até agora, nenhum trabalho de síntese que servisse, inclusive, para os que não se dedicam especificamente aos

estudos sociais ou históricos. A capacidade de síntese do mestre de Belo Horizonte, à qual já nos habituamos em outros estudos de sua lavra, mais uma vez, aqui, é habilmente demonstrada. ONM ( Cortesia da editora ).

Inojosa, Joaquim – A arte moderna. Reedição fac-similar. Rio de Janeiro, Cátedra, 1984. 106 p.

Em 1924, Joaquim Inojosa publicava em Recife **A arte moderna**, impressa pelas oficinas gráficas do “Jornal do Comércio”, da capital pernambucana. O livro teve extraordinária repercussão, tornando-se um marco na história do modernismo naquele Estado. Comemorando o sexagésimo aniversário de sua publicação, houve por bem seu autor em promover uma reedição fac-similar do precioso documento, acrescentando-lhe notas substanciais, que valem por um balanço do que ocorreu desde os escritos pioneiros do ilustre jornalista e escritor pernambucano. Ao volume, acrescentou, ainda, depoimentos de expressivas figuras da intelectualidade brasileira, em abono ( como se fosse preciso... ) da campanha realizada por Inojosa em todo o Nordeste na revolução literária do modernismo. ONM ( Cortesia do autor )

Maia, Benedito – Governadores da Paraíba, 1947-1986. Pref. de José Octávio. 3ª edição. João Pessoa, s. c. p. 1986. 178 p.

Ao contrário do que o título poderia fazer supor, não se trata de simples elenco dos chefes do Estado paraibano no período indicado, mas de substancial contribuição à história contemporânea da terra de Epitácio Pessoa e José Américo. “O autor não se contenta em informar – diz Flávio Sátiro Fernandes em nota aposta à contracapa do volume –, antes, mostra-se preocupado com dois problemas que têm sido objeto de considerações por parte dos analistas de nossa realidade política: a crise do poder legislativo e a falta de novas lideranças capazes de suceder aos antigos dirigentes. Outrossim, ao longo de sua exposição, o autor não foge a apreciações pessoais sobre variados aspectos político-administrativos do Estado. Opina, manifesta-se, conceitua. **Governadores da Paraíba** é um amplo painel de nossa vida político-administrativa nos últimos 35 anos. O livro vem ocupar um lugar ainda vago na bibliografia paraibana, mostrando-se de grande utilidade, sobretudo para os mais jovens, que, a partir de agora, passam a contar com uma rica fonte de pesquisas”. ONM ( Cortesia do Prof. José Octávio ).

Meirinho, Jali – Datas históricas de Santa Catarina, 1500-1985. Florianópolis, Univ. Federal/Assembléia Legislativa, 1985. 262 p.

Ao justificar seu livro de efemérides catarinenses, lamenta o autor “o desinteresse pelo ensino da História de Santa Catarina nas escolas primárias e secundárias”, ponderando que “tais instituições deveriam moldar na sua clientela a identidade **barriga-verde**, mas, face à omissão curricular, vêm formando gerações desinformadas da sua história”. Registrando eventos históricos, propõe-se o autor a “facilitar a consulta sobre acontecimentos e personagens que marcaram a História do Estado” e, ao mesmo tempo, contribuir para que não fiquem no esquecimento datas importantes e de significado cívico, cujas comemorações devem servir para reavivar a significação dos fatos do passado na formação de Santa Catarina. O primeiro a elaborar um livro de efemérides catarinenses – informa o autor – foi Lucas Alexandre Boiteux, de quem já nos ocupamos nesta publicação, quando do transcurso do seu centenário ( nº 104, out/dez de 1981 ). Todavia, seu livro data já de 1921 e abrange as efemérides só até 1910. Coube ao professor Meirinho, na obra que aqui se registra, não só atualizar as efemérides de Boiteux, como acrescentar novas indicações ao já mencionado livro e ainda corrigir falhas e equívocos. A Jali Meirinho, catarinense de Rio do Sul e professor da Universidade Federal de Santa Catarina, já deve a historiografia brasileira importante monografia sobre o seu Estado no período republicano. ONM ( Cortesia do IHGSC ).

Sodré, Nelson Werneck – Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil. 2ª edição. Petrópolis, Vozes, 1984. 133 p.

Análise profunda e criteriosa do regime instituído no Brasil em 1964. “Os povos sobrevivem aos desastres, crises, sofrimentos, na medida em que sabem distinguir a verdade, afirmá-la e amá-la, como condição fundamental para o seu avanço e felicidade. A liberdade acabou sempre por enterrar seus opressores” ( da Introdução ). Obra indispensável para o conhecimento da história contemporânea de nosso País. Assim se intitulam seus capítulos: Poder político e poder militar; O ensaio integralista; Os golpes militares em série; A perplexidade da derrota; O comando imperialista; O controle militar; O controle político; O controle econômico; O processo da ditadura; A anistia; A agonia da ditadura. Do autor nada se precisará dizer: sua considerável bibliografia, constante de diversos ensaios fundamentais para os estudos históricos, faz dele um dos grandes historiadores brasileiros de nossos dias. ONM

Taborda, Tarcísio Antônio Costa — Bagé e a Revolução Farroupilha. Bagé, 1985. 112 p.

O transcurso do sesquicentenário da “Farroupilha” despertou enorme interesse entre os estudiosos da história sul-rio-grandense, que se refletiu no intenso movimento editorial desenvolvido no grande Estado sulino. Será muito útil se alguém, oportunamente, dispuser-se a elaborar um elenco de tudo o que foi publicado, especialmente se se levar em conta que grande parte do que se editou não chegou a transpor as fronteiras rio-grandenses. Pouca coisa foi o que chegou até São Paulo. Se temos conhecimento de muitos dos trabalhos publicados, devemos-lo apenas ao nosso relacionamento com colegas e amigos daquele Estado. Tarcísio Taborda, o historiador por excelência de sua cidade ( Bagé ) cuida neste pequeno volume da participação da “rainha da fronteira” no grande movimento, justamente com o objetivo expresso de fazer com que “os jovens possam saber qual foi essa participação”. Para isso, reuniu em volume, bastante ilustrado, pesquisas e artigos já divulgados pela imprensa local e também alguns inéditos. ONM ( Cortesia do autor )

Wallerstein, Immanuel — O capitalismo histórico. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo, Brasiliense, 1985. 93 p. ( Col. “Primeiros vãos”, v. 32 ).

Do final da introdução: “Marx foi uma figura grandiosa na história intelectual e política moderna. Legou-nos uma herança importante, conceitualmente rica e moralmente estimulante. Contudo, quando ele disse que não era um marxista, deveríamos levá-lo a sério e não descartar o comentário como um **bon mot**. Ele sabia, como muitos dos seus autoproclamados discípulos não sabem, que era um homem do século XIX, cuja visão estava necessariamente circunscrita por aquela realidade social. Ele sabia, como muitos não sabem, que uma formulação teórica é inteligível e utilizável apenas em relação à formulação alternativa que ela, explícita ou implicitamente, ataca, e que se torna inteiramente irrelevante **vis-à-vis** formulações sobre outros problemas, baseadas em outras premissas. Ele sabia, como muitos não sabem, que havia uma tensão, na apresentação do seu trabalho, entre a exposição do capitalismo como um sistema perfeito ( que, de fato, nunca existiu historicamente ) e a análise da realidade cotidiana concreta do mundo capitalista. Usemos, então, seus escritos da única forma sensata — a de um camarada de luta, que sabia o mesmo que ele sabia”. As respostas ao que “muitos não sabem” é um dos objetivos do autor neste volume de grande rele-



vância em face das diretrizes atuais do pensamento histórico. Seus capítulos: "A mercantilização de tudo: a produção de capital"; "A política de acumulação: luta pelos benefícios"; "A verdade como ópio: racionalidade e racionalização"; e "Conclusão: progresso e transições". ( Cortesia da editora ).

\*

## PERIÓDICOS

**ÁGORA**, ano I, nº 2. Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, dezembro de 1985. **Conteúdo:** Arquivos catarinenses: uma reavaliação ( Walter F. Piazza ); Os cartórios como fonte de pesquisa ( Ana Lúcia Coutinho Locks ); As cheias em Blumenau e os danos causados no setor cultural ( Suely M. V. Petry ); Documentos do século XIX sobre Santa Catarina ( Laura Machado Huebener ); Documento dá nova interpretação à Revolução Federalista em Santa Catarina ( Jali Meirinho ); Viajantes catarinenses: roteiro para uma bibliografia ( Iapoman Soares ); Estatutos da Associação; Arquivo Público do Estado de Santa Catarina ( Edison Mueller ).

**Art 014.** Revista da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia. Agosto de 1985. **Conteúdo:** Um compositor italiano no Brasil: Joseph Fachinetti ( Jaime C. Diniz ); German and French Visitors ( Manuel Veiga ).

**Ciência História**, ano 1, nº 1, jan/mar 1986. Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. **Conteúdo:** Por uma política de preservação de documentos paraibanos ( Elza Régis de Oliveira ); As economias açucareira e criatória no Nordeste brasileiro à época colonial: estudo comparado ( Diana Soares de Galliza ); Algodão, ferrovias e urbanização no oeste paraibano ( Rubismar Marques Galvão ).

**Comunicarte**, nº 5. Revista semestral do Instituto de Artes de Comunicações da Pont. Univ. Cat. de Campinas. 1º semestre de 1985. **Conteúdo:** A TV de papel ( Adolpho Queiroz ); A ação dos jornalistas em nossa história recente ( Alice Mitika Koshiyama ); Poder de polícia e de interesse social ( Cleuza G. Gimenes Cesca ); Thomas Paine e o panfleto que revolucionou a América ( Duílio Battistoni Filho ); Jornalismo extraído da união Escola e Empresa ( Gilberto Gonçalves ); A pluralidade das culturas e a unificação da humanidade ( João Ribeiro Júnior ); Os elementos constitutivos do anúncio de TV e cinema ( J. B. Pinho ); As heranças do imaginário beat ( Luiz Gonzaga Godoy Trigo ); A produção de leis sobre informática no Brasil ( Maria Hanai da Cunha Boreli ); Como interessar a juventude para a leitura dos jornais ( Mário L. Erbolato ); A comunicação interna e a estruturação da boa imagem da empresa ( Sarah Chucid Da Viá e Martha Alves D'Azevedo ); Theodor W. Adorno e a "indústria cultural" ( Sérgio Castanho ); A presença do tema índio no Modernismo ( Yolanda Lhullier dos Santos ); e as seções Biblioteca de Comunicação; Pesquisa & Documentação; Opinião e Debate; Notícias; Correspondência com o leitor.

**Dédalo**, nºs 23 e 24. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 1984/1985. **Conteúdo:** nº 23: A feitiçaria entre os Nagô-Yorubá (Marianno Carneiro da Cunha); Mesa redonda sobre o Código de Hammurabi (org. Haiganuch Sarian); Le Pays-sans-retour et ses visiteurs (J. Bottéro); A carta de Hammurabi TCL 7,38 (Emanuel Bouzon); Sobre a escravidão voluntária. Escravidão e contrato no Brasil colonial (Manuela Carneiro da Cunha); De l'utilité des marginaux (Elena Cassin); O simbolismo da mulher na iconografia profana e sagrada (Vilma Chiara); De feiteiros a comunistas: acusações sobre o candomblé (Beatriz Góis Dantas); Homage to Mariano (Wilfried Feuser); La division quinaire de la terre selon les anciens mésopotamiens (Jean Jacques Glassner); Ajátasatru, o Édipo indiano (Ricardo M. Gonçalves); Reflexões sobre o povoamento da América (Niède Guidon); Aspectos do casamento africano (Kabengele Munanga); As múltiplas facetas da arqueologia pré-histórica (Luciana Pallestrini); A cultura negra: resistência de cultura à cultura de resistência (João Baptista B. Pereira); A imortalidade da alma (Frei Guilherme Ney Pinto); A ocupação tupi-guarani no Estado de São Paulo: fontes etno-históricas e arqueológicas (Maria Cristina M. Scatamacchia); Literatura e concepção social na França do século XV (Victor Deodato da Silva); A Antropologia e os estudos de nomes pessoais e sistemas de nomenclatura (Aracy Lopes da Silva); Une inscription cunéiforme de Bouchir (François Vallat); Continuité et mutation du système international (Jacques Vernant); Le portrait dans "La Guerre et la Paix" de Tolstoi (Lida Vernant); Dionysos, le dieu au masque, dans "Les Bacchantes", d'Eurípides (Jean Pierre Vernant); Os mestres da "língua secreta" do Cafundó e o paradoxo do segredo revelado (Carlos Vogt e Peter Fry). **Nº 24:** Relato das experiências educacionais do MAE, 1981/2 (Elaine Veloso Hirata); A propos de la mort négro-africaine (Louis Vincent Thomas); Uma casa de Xangô no Rio de Janeiro (Monique Augras e João Batista dos Santos); Razones de la ocupación incaica de la región de San Guillermo, al sur de los Andes Meridionales (Mariano Gambier e Catalina T. Michieli); Os Tarascos (Alfredo Lopes Austin); Culto religioso em ruínas mayas no século XVIII (Antonio Porro); La migration Mbya (Noemí Diaz Martinez); Pesquisas de arqueologia histórica no Paraná (Igor Chmyz); Dieux des étrangers et dieux ennemis (F. Malbran-Labat); Análise espacial de um edifício rural da época romana: a villa da localidade de Setti Termini no ager pompeianus (Norberto Luiz Guarinello).

**Estudos Leopoldenses**, nºs 93 e 94. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 1986. **Conteúdo:** Coabitação: uma alternativa ao casamento tradicional? (Olga Collinet e Nestor G. Heredia); Universidade; Ciência; Homem (Aloysio Bohnen); Nicolau de Cusa: uma confluência da História da Filosofia (José Francisco Simões).

Perspectiva, ano 11, nº 37. Publicação do Centro de Ensino Superior de Erechim, Rs. **Conteúdo:** Se os escravos falassem: dois depoimentos de ex-escravos brasileiros sobre o cativeiro (Mário José Maestri Filho); Questões Educação Popular (Bertilo Brod); Os consultores de Geografia e História da SESu/MEC e a questão da Educação Moral e Cívica (Gervásio Rodrigo Neves e outros); Estrutura teórica das demonstrações financeiras (Hélio Milton Severo); Relações de poder a nível mundial (Instituto Brasil. de Análises Sociais e Econômicas).

**Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 62, janeiro de 1986. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. **Conteúdo:** Reflexões sobre a Constituinte

( Raul Machado Horta ); Para um paradigma do Constitucionalismo Ocidental ( Antônio Carlos Wolkmer ); O chamado "Estado Social" ( Nelson Saldanha ); Vertentes da Ciência Política contemporânea: divergências e convergências ( José Clóvis Machado ); A formação política de Minas no poema "Vila Rica" ( Hélio Lopes ).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 345, outubro/dezembro de 1984. **Conteúdo:** O Rio de Janeiro no crepúsculo da Monarquia: aspectos de sua vida social e comercial ( Vicente Reis ); Prestação de contas de um governante colonial do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará ( Arthur Cézár Ferreira Reis ); O Brigadeiro Francisco de Lima e Silva ( Vicente Tapajós ); Discurso de posse na Academia Brasileira de Artes ( Pedro Calmon ); A pesquisa histórica: situação atual e perspectiva ( Francisco Ruas Santos ); Arquivos históricos e computadores ( Francisco Ruas Santos ); Crônicas ( Araujo Viana ); Correspondência do Barão de Mareschal; Elogio dos socios falecidos ( Haroldo Valadão ); Noticiário.

## NOTICIÁRIO

## D. PEDRO II E SÃO PAULO NA ÉPOCA DE CARLOS GOMES

Numa promoção do Museu Imperial, de Petrópolis, do Museu Arquidiocesano de Campinas, da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo e do Museu Universitário de nossa Universidade, realizou-se de 12 de agosto a 23 de setembro uma série de conferências subordinada ao título supra. Inseriu-se a promoção nas festividades comemorativas do sesquicentenário de Carlos Gomes, efeméride bastante celebrada em todo o País. Na mesma ocasião, esteve aberta à visitação pública valiosa mostra de objetos históricos cedidos, para esse fim, pelo Museu Imperial de Petrópolis.

Conferências proferidas: “Patrimônio cultural e política de preservação”, pela professora Regina Márcia M. Tavares; “Campinas na segunda metade do século XIX”, pela professora Maria Carolina B. Galzerani; “Bases do desenvolvimento industrial paulista”, pelo professor Wilson Cano; “Artes e artistas esquecidos”, pelo historiador Celso Maria de Mello Pupo; “Música em Campinas no final do século XIX”, pelo professor José Alexandre dos Santos Ribeiro, cabendo ao professor Odilon Nogueira de Matos encerrar a série falando sobre o grande compositor campineiro.

\*

## CENTENÁRIO DO “RAMAL DE CALDAS”

Duas expressivas figuras da vida cultural de Poços de Caldas — os drs. Leibnitz Hovelacque e Jurandir Ferreira — ocuparam-se de significativa ocorrência cujo centenário transcorreu em outubro: a inauguração do ramal férreo da **Mogiana**, construído a partir de Cascavel (hoje Aguaf) para atingir a então nova cidade balneária. Um e outro souberam enfatizar com propriedade a importância do evento, tão importante, de fato, que contou com a presença do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz Dona Teresa Cristina.

Inseriu-se o “Ramal de Caldas”, que é como, de início se chamava no contexto bem conhecido da captura ferroviária realizada em território mineiro pelas estradas de ferro paulistas. Partindo de Campinas, e

tendo a estação terminal em Araguari, a **Mogiana** lançava, ao longo de seu extenso percurso, numerosos ramais, muitos dos quais penetravam em território mineiro e articulavam-se com ferrovias mineiras. Isto fez com que grande parte do Sul de Minas e do Triângulo Mineiro fosse capturado para a economia paulista, pois suas ligações eram muito mais fáceis com Campinas e São Paulo do que com outras cidades mineiras. E Poços de Caldas, cujo município faz divisa com São Paulo, foi das primeiras a ser “capturada”.

Tal situação ( de captura ) perdeu até o surgimento da era rodoviária. Só com esta, Poços passou a ter ligações rápidas e eficientes com outras cidades mineiras, inclusive a própria capital do Estado. No “tempo do trem”, Poços era uma cidade pouco mineira. Toda a sua vinculação material e cultural era com São Paulo. Poucos mineiros a freqüentavam, pela dificuldade de acesso. Alguém que, de Belo Horizonte, quisesse ir a Poços teria de fazer um longo percurso, sujeitando-se a pernoites e baldeações. Por isto, os mineiros preferiam as estâncias do Sul de Minas ( tal como os cariocas ), de acesso mais fácil.

Mas, com o advento da era rodoviária, a função de captura da velha **Mogiana** desapareceu e com ela desapareceu a própria ferrovia, hoje utilizada apenas para o transporte de minério. Mas o trem teve em Poços seu papel, econômico e social. Esperá-lo, às cinco horas da tarde, era o principal acontecimento do dia. Metade da população ocorria à estação para ver os que chegavam. E a quantidade enorme de agenciadores de hotéis e carregadores dava à praça fronteira uma azáfama bastante festiva. Tudo isto desapareceu. Mas é significativo ver que ainda há quem se lembre do velho trem, especialmente quando se comemora o seu centenário.

\*

### ERNESTO LEME

O grande paulista que se chamou Ernesto Leme, cujo falecimento ocorreu a 21 de maio, privou São Paulo e o Brasil de uma de suas maiores figuras, notadamente nos setores da jurisprudência, da diplomacia e da política, nasceu na vizinha cidade de Bragança, mas, quando estudante viveu em Campinas, diplomando-se professor pela nossa tradicional Escola Normal. Sua família e ele próprio foram sempre muito vinculados a Campinas, pois dois de seus irmãos aqui exerceram o magistério por longo tempo. Ernesto Leme, que foi sócio honorário de nossa Academia Campinense de Letras, gostava de recordar com muita saudade a fase

campineira de sua vida, à qual dedicou boas páginas de seu livro de memórias, **Casa de Bragança**, aparecido em 1981 e, ao que parece, seu último trabalho publicado.

Em **Casa de Bragança**, fez o saudoso jurista um apanhado de suas atividades em Campinas, pois embora estudante, teve intensa participação em alguns movimentos culturais e cívicos de nossa cidade. Frequentou com assiduidade o Centro de Ciências, onde conviveu com José de Campos Novaes, Ponciano Cabral e Rafael Duarte, entre outros. Ali, ouviu Rui Barbosa no célebre discurso em que descreve as andorinhas de Campinas; ali, ouviu conferências de João Ribeiro, Júlia Lopes de Almeida e Amadeu Amaral, bem como versos recitados por Alberto de Oliveira, Margarida Lopes de Almeida e Roberto Moreira; ali, conheceu Alberto Faria, sem imaginar que, quarenta anos mais tarde, iria ocupar a sua cadeira na Academia Paulista de Letras. Em Campinas, saudou Guiomar Novaes e ao diplomar-se pela Escola Normal, foi o orador da turma e, nesta qualidade, teve oportunidade de saudar Rui Barbosa novamente em visita a Campinas. Enfim, muitas outras recordações encontram-se em seu livro de memórias, evocando a Campinas de seu tempo.

Retirando-se para São Paulo a fim de cursar a Faculdade de Direito, pela qual se diplomou em 1919, na Capital fez brilhante carreira como professor da Faculdade e, bem mais tarde, reitor da Universidade de São Paulo. Como diplomata, foi delegado do Brasil junto à Organização das Nações Unidas. Como político, foi deputado à Assembléia Constituinte de 1934 e, depois, à Assembléia Legislativa do Estado. Membro da Academia Paulista de Letras, desde 1953, dela foi presidente em dois biênios. Foi, igualmente, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do qual se tornou posteriormente presidente honorário.

\*

### LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Com o falecimento de Luís da Câmara Cascudo ( 1898-1986 ), ocorrido a 30 de junho na capital do Estado do Rio Grande do Norte, onde nasceu e sempre viveu, perdeu o Brasil não apenas um grande escritor, mas, como dele se disse, talvez o maior sabedor de coisas brasileiras. Em sua extensa bibliografia, de mais de cento e vinte livros, alternam-se história, etnografia, folclore, lingüística, literatura, sociologia...

Muitos de seus livros certamente ficarão como marcos impecáveis da cultura brasileira: **Geografia dos mitos brasileiros**, **Literatura**

Oral, **Dicionário do folclore brasileiro**, **Geografia do Brasil holandês**, **Superstições e costumes**, **Mouros, franceses e judeus**, **História da Alimentação no Brasil**, **Coisas que o povo diz**, **A superstição no Brasil**, **O Marquês de Olinda e seu tempo**, **Civilização e Cultura** e tantos outros, que se gostaria todo este espaço se todos fossem enumerados. E ainda reeditou, prefaciou e anotou obras de Sílvio Romero e de Melo Moraes Filho e traduziu, também com notas, o grande livro de Henry Koster sobre o Nordeste.

\*

### CENTENÁRIO DE MELO LEITÃO

No Estado da Paraíba, numa fazenda do município de Campina Grande, nasceu aos 17 de julho de 1886 Cândido Firmino de Melo Leitão, uma das grandes glórias da ciência brasileira. Pouco viveu em seu estado natal, pois a partir de 1900 fixou-se no Rio de Janeiro, onde realizou toda a sua brilhante carreira. A princípio médico pediatra, acabou atraído pela pesquisa científica na área da Zoologia, mais particularmente da Aracnologia, campo em que chegou a ser considerado, talvez, o maior expoente mundial.

Mas, não é como cultor das ciências naturais que nos cabe evocá-lo nesta nota, porém sua obra em duas áreas importantes, de grande interesse histórico: a história das explorações científicas e a literatura dos viajantes estrangeiros que visitaram nosso País. Sobre o primeiro tema, deve-se a Melo Leitão o livro mais completo que até hoje se publicou. Por outro lado, a vasta e variada literatura dos viajantes estrangeiros sugeriu-lhe dois livros de alta valia: **Visitantes do Primeiro Império** e **O Brasil visto pelos ingleses**, publicados em 1934 e 1937, respectivamente. Neles, procurou o grande cientista resenhar e comentar depoimentos de viajantes, cujas obras originais, raríssimas, eram e continuam sendo inacessíveis a não ser a alguns privilegiados bibliófilos. Embora alguns dos autores resenhados por Melo Leitão, com o tempo, tivessem seus livros traduzidos para a nossa língua, isto em nada desmerece ou diminui sua contribuição ao conhecimento dessa xeno-bibliografia, cada vez mais valorizada. Não tendo sido reeditados, seus livros são hoje raridades.

Convém lembrarmos que Melo Leitão foi um dos autores mais frequentes na preciosa coleção "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional, nela figurando com cinco livros: os dois já citados e mais: **História das Explorações Científicas no Brasil**, **Zoogeografia do Brasil** e **A Biologia no Brasil**. E ainda, não de sua autoria, mas por ele publicados e anotados,

três relatos de antigos viajantes da Amazônia: Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristobal de Acuña, todos reunidos num volume com o título **Descobrimientos do rio das Amazonas**.

\*

### FALECIMENTO DE UM GRANDE "BIBLIOTECÁRIO"

A morte de Rubens Borba de Moraes, a 2 de setembro, privou-nos de um dos maiores conhecedores da bibliografia brasileira. Dirigiu por muitos anos a Biblioteca Municipal de São Paulo e a Nacional, do Rio de Janeiro, imprimindo a ambas um caráter mais científico, dentro das modernas normas da biblioteconomia. Seu interesse por bibliotecas, levou-o, ainda, a fundar em São Paulo a primeira Escola de Biblioteconomia, escola matriz da qual derivaram muitas outras, inclusive a da nossa Universidade Católica.

O reconhecimento de sua capacidade fez com que o Exterior requisitasse seus serviços e foi como diretor da biblioteca da ONU, que encerrou sua carreira. Sempre se considerou "bibliotecário", e dizia não querer ser outra coisa.

Todavia, a área a mais se dedicou foi a "brasiliana raríssima", sobre a qual versam seus melhores trabalhos, notadamente a **Bibliographia Brasiliana**, da qual saíram duas edições, a primeira na Holanda e a segunda nos Estados Unidos. Constitui o mais importante repositório de obras raras sobre o Brasil, devidamente comentadas. Deixou, ainda, **O Bibliófilo Aprendiz e Livros e Bibliotecas do Brasil Colonial**.

\*

### ASPECTOS DA CULTURA HISPÂNICA

Sob o patrocínio da Academia Hispano-Americana de Ciências, Artes e Letras e Biblioteca Pública Municipal "Mário de Andrade", realizou-se na capital paulista, durante o mês de setembro, curso público sobre **Aspectos da Cultura Hispânica**, constante das seguintes conferências: Escorço de uma evolução da música espanhola até o "Siglo de Oro" (Dr. Carlos Gonzales); Os Toledo Piza em Piratininga (Ac. Paulo José da



Costa ); Federico Garcia Lorca ( Ac. Desidério Alfredo Fontana ); Falando sobre D. Miguel de Unamuno ( Ac. Loren H. de Maldonado ); Influência de Ortega y Gasset no Brasil ( Ac. Adérito Augusto de Moraes Calado ); São Paulo durante o Domínio Espanhol ( Ac. Hélio Damante ); Espanhóis na Província de São Paulo ( Dr. Délio Freire dos Santos ); e Domínio filipino no Brasil ( Ac. Douglas Michalany ). **Notícia Bibliográfica e História**, cujo responsável integra os quadros da Academia Hispano-Americana, cumpri-menta a prestigiosa Entidade por mais esta realização de elevado alcance cultural.

\*

### ERNANI SILVA BRUNO

Com o inesperado falecimento de Ernani Silva Bruno ocorrido poucos instantes após a sessão da Academia Paulista de Letras do dia 25 de setembro, perdeu São Paulo seu maior historiador. Deixou obra de real valia, destacando-se **História e Tradições da Cidade de São Paulo**, **História do Brasil: geral e regional** ( em sete volumes ), **Viagem ao País dos Paulistas**, **Memória da Cidade de São Paulo**, além de numerosos artigos em jornais e revistas, os quais, reunidos, dariam vários volumes. Nascera em Curitiba, aos 18 de agosto de 1912, mas viera, criança ainda, para São Paulo, onde fez seus estudos e onde realizou-se como historiador e jornalista. Foi diretor do Museu da Casa Brasileira. Pertencia à Academia Paulista de Letras e à Academia Paulista de História. Oportunamente, dedicaremos ao grande historiador a seção "Vultos da Historiografia Brasileira" de um dos próximos números desta publicação.

## UM POUCO DE MÚSICA

## UMA ÓPERA A SERVIÇO DA LIBERDADE

Há alguns anos, um cidadão que se dizia leitor dos rabiscos sobre música que vez ou outra eu perpetrava pela imprensa, mandou-me uma pergunta assás interessante. Queria ele saber qual a ópera que dera causa à independência da Bélgica. Embora entendesse a pergunta e pudesse respondê-la de pronto, fiz-lhe ver, antes, que ela não estava bem formulada. Com efeito, não faz sentido uma ópera ter dado causa à independência de qualquer país. Esta, como é óbvio, decorre de profundas causas sociais, econômicas e políticas e poderia até parecer estultícia atribuí-la a uma ópera. A indagação para ficar correta deveria ser formulada mais ou menos assim: “Qual a ópera que está vinculada ao movimento de independência da Bélgica?” Af, sim, não cabe nenhuma dúvida: trata-se de **Masaniello**, do compositor francês Daniel Auber, levada à cena pela primeira vez em Paris, a 29 de fevereiro de 1828.

Seu autor, Daniel François Esprit d’Auber, nascido em Caen a 29 de janeiro de 1782 e falecido em Paris, com mais de noventa anos, em 12 de maio de 1871, foi uma das figuras da chamada **Grand Ópera**, tão do agrado dos franceses na primeira metade do século passado. Grande parte de suas óperas ( e escreveu cerca de quarenta ) está praticamente esquecida, pouco figurando nos cartazes dos teatros líricos europeus, mesmo da França. São obras que marcaram uma determinada época, não há dúvida, mas de montagens praticamente inexequíveis pelas suas grandes exigências cênicas. Delas, executam-se hoje, como peças de concerto, suas belíssimas “ouvertures”. Talvez um dia o disco venha a ressuscitá-las, como ocorreu com tantas outras óperas, mas até o momento não ocorreu, pois de toda a sua vasta produção, apenas uma, **Fra Diavolo**, foi parcialmente gravada e, ainda assim, na Alemanha e cantada em alemão. E há pouco apareceu uma gravação “private” e com a indicação “not for sale”, de **Le Cheval de Bronze**. Ambas, aliás, gravações excelentes, diga-se de passagem.

Além de **Masaniello**, de **Le Cheval de Bronze** e de **Fra Diavolo**, já mencionadas, encontramos em seu acervo, entre outras, **Les Diamants de la Couronne**, **Le Domino Noir**, **Le Bal Masqué**, **Le Lac des Fées**, **La Part du Diable**, **La Sirène**, **La Barcarolle**, **Haydée**, **La Circassienne**, **La Fiancée du Roi de Garbe** e **Le Premier Jour de Bonheur**.

**Fra Diavolo** chegou a ser aproveitada pelo cinema para uma deliciosa comédia com o Gordo e o Magro, a inesquecível dupla dos anos

30. Quem a assistiu dificilmente esquecerá a interpretação de Denis King no papel do galante salteador dos Abruzzos. A canção famosa, identificadora e característica de Fra Diavolo, adquiria, em sua belíssima voz, um sentido de nobreza raramente encontrado mesmo entre os maiores cantores de ópera.

Voltemos, porém, a **Masaniello**. Composta sobre texto de Scribe ( aliás, o libretista de quase todas as suas óperas ), foi inspirada num episódio verídico e seu personagem-título existiu realmente. Chamava-se Tommaso Aniello ( da junção dos dois nomes formou-se Masaniello ) e tem sua vida ligada a um movimento de revolta dos napolitanos contra os espanhóis, em 1647, época em que Nápoles e as cidades vizinhas estavam sob o domínio tirânico do Duque de Arcos. Sua atitude de revolta, segundo se propalava, fora motivada pela perda de suas poucas posses, vendidas para pagar a multa imposta à sua mulher por levar para casa um saco de farinha. A revolta foi tão bem sucedida, que o vice-rei espanhol viu-se forçado a abolir os impostos sobre alimentos e gêneros de primeira necessidade. Quando, porém, os insurrectos se dissolveram, Masaniello foi assassinado por sicários espanhóis. Companheiro de Masaniello nessa revolta foi o pintor e poeta Salvator Rosa, que inspirou ao nosso Carlos Gomes uma de suas óperas, estreada em 21 de março de 1874, sobre libretto de Ghislanzoni, baseado num romance de Mirecourt intitulado **Masaniello**.

Antes, porém, de Auber e de Carlos Gomes, esse episódio já havia tentado a um outro compositor, o inglês Samuel Akeroyde, que, em 1700, fez representar uma ópera sobre texto D'Urfey, intitulada **The Famous History of the Rise and Fall of Masaniello**; tal obra, todavia, não subsistiu e são poucos os especialistas que atualmente a ela se referem. A de Auber teve mais sorte, pois embora retirada de cartaz nos dias de hoje, fez época em seu tempo e teve poderosa influência, como se mostrará.

A ópera de Auber foi originalmente apresentada com outro título — **La Muette de Portici** — pois boa parte de sua ação se desenvolve nesse pequeno porto das proximidades de Nápoles, e uma das personagens, Fenella ( irmã de Masaniello ), embora desprovida de voz, torna-se a partir de certo momento o ponto central de toda a ação dramática, justificando perfeitamente o título primitivo, alterado pelo compositor para uma segunda representação da ópera.

Essa ópera, que retrata um momento da revolta dos napolitanos que jaziam sob o jugo espanhol, ao ser apresentada em Bruxelas, na noite de 25 de agosto de 1830, gerou sérios conflitos. Na época, os belgas estavam sob o domínio dos holandeses, oprimidos e espoliados pelos seus dominadores, tal como na ópera os napolitanos com relação aos espanhóis. A identidade de situações levou o público a uma série de distúrbios, especialmente quando os cantores, propositalmente, interpolavam ao texto da

ópera palavras alusivas à situação dos belgas. O duo do segundo ato, “Amour sacré de la patrie” foi retomado pelo auditório, sempre com alterações intencionais da letra original. As autoridades quiseram suspender o espetáculo, mas nada foi possível. Do teatro, o entusiasmo contagiante passou às ruas, numa série de motins que foram, por assim dizer, o estopim que fez explodir a rebelião que acabou por expulsar os holandeses e firmar de vez a independência da Bélgica.

Fica, assim, respondida aquela curiosa pergunta a que aludi de início, mostrando-se com a ópera **Masaniello** vinculou-se à história da independência da nação belga. Devo lembrar, ainda, que naquele mesmo ano de 1830, um mês antes dos sucessos de Bruxelas, já **Masaniello** desempenhara idêntico papel a serviço da liberdade, nos movimentos preparatórios da revolução que depôs Carlos X, de França. Com efeito, na Ópera de Paris, o famoso tenor Adolphe Nourrit (aliás, o criador do papel de Masaniello) interpolava ao libreto da ópera textos patrióticos e mesmo canções como **La Parisienne** e a própria **Marselhesa**, contribuindo, assim, para estimular as multidões que fizeram eclodir aquele movimento revolucionário.

Sobre o tema — óperas a serviço da liberdade — muito se poderá escrever. Lembrarei apenas, para encerrar, que, na Itália, por ocasião do “Rissorgimento”, quando o norte da península estava sob o domínio dos austríacos, três óperas de Verdi prestaram-se a essa missão: **Nabucco**, **A Batalha de Legnano** e **Átila**. (Odilon Nogueira de Matos).

## MEMÓRIA CAMPINEIRA (29)

## A "PASTORAL" DE COELHO NETO

Leopoldo Amaral, grande jornalista e cronista campineiro (1856-1938), foi durante muitos anos correspondente em nossa cidade de "O Estado de S. Paulo". Nesta qualidade, publicou nas páginas do importante órgão da imprensa paulistana numerosas crônicas sobre o passado de Campinas. Grande parte delas foi reunida para o volume **Campinas: recordações**, publicado em 1927. Deste livro é a página que transcrevemos, sobre a **Pastoral**, de Coelho Neto. Ao contrário de todas as outras crônicas enfilexadas no referido volume, esta não está datada. Todavia, deve ser do início da década de 1920.

"O ilustre escritor Coelho Neto acha-se sob o formoso céu de Campinas, céu azul preconizado por todos que visitam o berço de Carlos Gomes. Está, pois, em terra campineira o presentemente pontífice máximo da literatura nacional.

Vem rever a nossa terra, vem rever fisionomias amigas. Aqui residiu ele, há vinte anos, dignificando em nosso Ginásio<sup>1</sup> a cátedra da matéria em que o seu espírito alcançou a mais brilhante culminância entre os homens de letras, nossos patrícios.

Os seus antigos alunos, muitos dos quais são hoje portadores de honrosos títulos científicos ou de artes liberais, idolatram o professor que lhes ministrava conhecimentos das letras, de modo finamente inteligente e proveitoso para eles, ao mesmo tempo em que os prendia pelos laços da estima, graças à sua delicadeza de trato e ao carinho derivados de esmerada educação. E esses rapazes de então guardam afetuosamente como preciosas que são, as recordações desse tempo em que pela mente lhes passavam fantasias alegres, devaneios e sonhos cor de rosa, que lá ficaram muito distante e, como disse o poeta saudosamente, aos corações não voltam mais.

A residência de Coelho Neto, pode-se dizer com verdade, constituiu-se um centro artístico de alto quilate, onde as musas concerta-

---

(1) Embora existissem, na época, diversos ginásios em Campinas, a expressão "Ginásio", desacompanhada de qualquer especificação, referia-se sempre ao "Ginásio do Estado", criado em 1896 e instalado no edifício onde outrora funcionara o Colégio "Culto à Ciência", à rua deste nome. Na década de 1940, se a memória não nos falha, quando surgiu o hábito de se darem nomes aos estabelecimentos mantidos pelo Estado, o governo estadual, em lembrança do antigo "Culto à Ciência", deu este nome ao nosso tradicional Ginásio do Estado. (ONM)

vam e inspiravam encantadoras diversões musicais e literárias, que era levadas a efeito por distintas senhoras e senhoritas, exibindo-se produções dos mais notáveis autores.

Olavo Bilac, aquele formoso espírito, aquele coração que era precioso escrínio de afetos, teve ensejo ali de deslumbrar a assistência com as cintilações do seu talento, recitando poesias suas com a pureza de arte impecável que arrebatava. Foi ainda nessa época que Coelho Neto, acompanhado de César Bierrenbach, Campos Novais, outros entusiastas pelo desenvolvimento literário de Campinas, fundou o Centro de Ciências, Letras e Artes, cujos passos preliminares se davam no Clube Campineiro. Ideou e realizou belíssimas festas musicais que se efetuaram na sala do Clube Livro Azul, Clube Campineiro e em diversos lugares, tudo entre flores e cordialidade. Tais reuniões despertaram grandes simpatias no seio da família campineira.

Entre as festas, destacou-se, pela adorável novidade, pela verdadeira beleza da peça, a representação da sua **Pastoral**. Como tudo neste mundo, ela tem a sua história, que é interessante.

Havia aqui o Clube Livro Azul, de pequeno número de associados, tendo como presidente, secretário, toda a diretoria, enfim, encarnada na pessoa do chefe da casa, Castro Mendes. No estabelecimento que lhe emprestava o nome, a associação realizava seus pequenos concertos, fazendo-se ouvir não só música de valor, como também versos primorosos.

Ali nasceu a **Pastoral**. Aproximava-se o Natal (1903). Surgiu uma idéia: fazer-se uma festa de caráter íntimo, ficando Coelho Neto, como o principal do bando, incumbido de escrever alguma coisa sobre o suave mistério.

O plano foi esboçado, porém, aos poucos, crescendo, crescendo, e essa alguma coisa, que deveria ser exibida em sala particular, tomou proporções ! Teve que ser levada para recinto maior e escolheu-se o velho Teatro São Carlos, de cujas cinzas se está levantando agora — nova Fenix — o vistoso Teatro Municipal.

Coelho Neto traçou uma composição, verdadeiro mimo literário, tomando para assunto os três episódios dos livros santos: a Anunciação, a Visitação e o Natal. É indubitavelmente uma das mais delicadas jóias entre os seus apreciados trabalhos de escritor.

Faziam-se os ensaios, que eram concorridíssimos. Reuniam todas as noites os artistas, um luzido grupo de amadores, e a sala de Castro Mendes ficava repleta de senhoras e cavalheiros. Organizavam-se corpos de

coristas de ambos os sexos, nacionais e os associados alemães, do Clube Concórdia, orquestra de amadores sob a regência muito competente de um saudoso musicista Olegário Ribeiro, amador distintíssimo, contando-se nela representantes de várias classes sociais, desde um estimado deputado federal ( 1º violino ), até um modesto artífice ( trombone ).

Eram ensaiadores um farmacêutico, festejado pianista, e um antigo professor alemão. Um poeta e funcionário municipal foi ocupar a caixa do ponto, formando o pessoal da companhia um conjunto em que predominava a cordialidade e obediência cega ao mando inteligente do diretor supremo. Boa vontade geral.

Acrescente-se a isto tudo a valiosa colaboração dos maestros Sant'Ana Gomes ( Prelúdio ), Henrique Oswald ( Anunciação ), Francisco Braga ( Visitação ) e Alberto Nepomuceno ( Natal ). Raríssimas serão as ocasiões em que se encontrem vultos como esses abrilhantando um programa !

Era interessante o embaraço de alguns dos artistas nos primeiros ensaios, devido às distrações. Um personagem tinha que dizer: 'Cabelos compridos como os dos nazires'. Trocava as bolas e lá se safa com esta de se lhe tirar o chapéu: 'Cabelos compridos como os dos narizes'. Outro, um pastor, disparatava: 'Eu que conheço todas as ovelhas do céu como as estrelas do meu rebanho'. Delicioso !

Finalmente, o Teatro São Carlos, na noite de 25 de dezembro de 1903, revestindo-se de galas, brilhantemente iluminado a luz elétrica, pois graças à Casa Livro Azul havia sido instalada, expressamente, pequena usina geradora para a iluminação interna do edificio. Os camarotes, ou varandas, ficaram ocupados quase que por senhoras em ricas *toilettes* e cavalheiros encasacados. O recinto regorgitava. Um céu aberto de flores, sedas e jóias.

De repente, ao ciciar das conversas, sucedeu silêncio absoluto: o maestro Nepomuceno empunhava a batuta oferecida gentilmente por Olegário Ribeiro, para reger a orquestra. O público rompeu uma vibrante salva de palmas, que o maestro, sorrindo e comovido, agradeceu.

Iniciou-se a representação, revelando-se desde logo a música adorável da linguagem do grande estilista. Desenrolaram-se as cenas dos quadros bordados de música magnífica. Aplausos retumbantes e flores em profusão choveram sobre o autor, intérpretes da peça e sobre os colaboradores nesse acontecimento artístico, um dos mais deslumbrantes que se tem visto em Campinas.

A Pastoral foi à cena mais duas vezes, tendo sido o produto da última récita distribuído a instituições de caridade.

E tudo passou ! Essa fase tão distante na existência operosa de Coelho Neto deve despertar-lhe, certamente, esse sentimento indefinível, que é um bem que se padece, assim como acontece a todos que tiveram a ventura de assistir àqueles saraus inolvidáveis. Adaptando aqui palavras de Coelho Neto, traçadas há muitos anos, podemos dizer que nós, os velhos, não vemos senão o passado — de olhos no horizonte de que nos afastamos a mais e mais, contemplando esse fundo que se vai a pouco e pouco abrumando em névoas crepusculares, não vemos o que se passa na planície, cuidamos apenas, talvez com egoísmo, do que fomos, agarrando-nos a reminiscências que nos dão a ilusão dos dias emurchecidos. É uma verdade”.

( Amaral, Leopoldo, **Campinas: recordações**, pp. 211 a 216. São Paulo, Seção de Obras de “O Estado de S. Paulo”, 1927 ).

N. da R. — Pouco após o episódio aqui evocado por Leopoldo Amaral, Coelho Neto voltou para o Rio de Janeiro, aí vivendo até o fim de sua vida, em 1934. Embora sua fase “campineira” durasse pouco — menos de quatro anos —, Coelho Neto conservou dela muita saudade e um carinho todo especial pela cidade. Entre outras coisas — costumava ele dizer —, porque em Campinas nasceu seu filho Paulo (1902), que também se tornou escritor renomado, autor, inclusive, de uma excelente biografia do pai, publicada em 1942. Coelho Neto era maranhense (1864), mas veio criança ainda para o Rio de Janeiro. Quando se decidiu vir para Campinas prestar concurso para a cadeira de Literatura de nosso tradicional **Ginásio do Estado**, já era escritor de renome, tendo sido um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. O “príncipe dos prosadores brasileiros” ( como foi denominado ), acha-se homenageado em nossa cidade, com seu nome numa bela rua na Vila Itapura, na qual se localiza a Igreja de São Paulo Apóstolo. Sobre esta “fase campineira” do grande escritor, ver o excelente trabalho de J. R. do Amaral Lapa, **Coelho Neto em Campinas**, em “Revista de História”, nº 43, 1960.



## TEXTOS

( Sugestões para seminários )

## O TROPEIRO

( Firmino Rodrigues da Silva )

Talvez, leitor fluminense, vós que sabeis mais do que vai por Londres e Paris, do que de vossa terra, não compreendais à justa o que vem a ser um tropeiro, pois eu vos explico: — é um homem natural do país que se incumbe de um lote de bestas, que as trata e afaga, que lhes conhece as bondades e as mazelas, que se faz entendido delas, chamando-as cada uma por apropriado apelido; o tropeiro não escolhe pouso sem saber se haverá bom pasto para seus animais; não temendo chuva nem sol, ele se embrenha por essas estradas que parecem intermináveis, ora suando no meio de um lameiro onde a Douradinha se afunda até as cangalhas, e a alivia do peso, ora segue a Ruana pelo despenhadeiro fora a ver se, não podendo salvá-la, ao menos não deixa perder-se a carga. Polido em extremo, não se encontra convosco sem tirar o seu chapéu, amigo de seu companheiro, ele não passa por tremedal ou lamaceiro sem fincar no meio um ramo para que outrem não se veja no mesmo perigo; franco e sincero o tropeiro ferra vosso cavalo em viagem, guia-o ao pasto sem levar nada, enfim apesar de todos estes trabalhos e incômodos ele contenta-se, como um Sparciata, com seu caldo de feijão preto e sua cuia de farinha de milho. Mas de todos os bons predicados do tropeiro não há como a sua probidade e honradez; podeis confiar-lhe os objetos do maior valor, e ele vo-los entregará sem o menor desfalque; também religioso em extremo, não o vereis passar diante de uma cruz sem tirar-lhe o chapéu e algumas vezes enfeitá-la com alguns ramos agrestes. Contudo, apesar de todas estas qualidades, não brinqueis com ele, porque como é generoso sabe ser vingativo.

( Do conto **Os três desejos**, publicado originalmente em "O Chronista", do Rio de Janeiro, em 1836 e reproduzido em **Panorama do conto brasileiro. Vol. 1: Os precursores do conto no Brasil**. Introdução, pesquisa e seleção de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960, pág. 138 ).

## O MÉTODO HISTÓRICO ( Políbio )

Se os historiadores que nos precederam tivessem deixado de fazer o elogio da história, talvez fosse necessário orientar todos no sentido desta pesquisa e conservação do passado. Não há, com efeito, formação humana mais eficiente do que a da ciência histórica. De fato, é atividade freqüente, quase geral, dizer-se, sem reservas, a todo momento, que não há escola mais autêntica, nem exercício melhor para as questões políticas que as lições de história. Nada nos ensina poder suportar dignamente as vicissitudes do acaso mais seguramente que a recordação das desgraças de outrem ! Nesse sentido, seria perfeitamente inconveniente repetir o que já foi expresso, e bem, por muitos outros; no meu caso sobretudo, onde as novidades dos fatos que nos propomos relatar será mais do que suficiente para atrair e provocar todo mundo a ler minha obra, tanto jovens como velhos. Haverá homens tão medíocres e preguiçosos que não se sintam satisfeitos ao saber por que meios e por que tipo de regime o mundo quase inteiro foi dominado, em menos de cinqüenta anos, por uma única potência, os romanos ? Isto nunca tinha ocorrido. Por outro lado, poderia existir homens tão loucamente curiosos a respeito de outra disciplina a ponto de não sacrificar tudo em prol desse gênero de informação histórica ?

É próprio da história conhecer primeiramente a veracidade dos acontecimentos que efetivamente ocorreram e, em segundo lugar, descobrir a causa pela qual as palavras ou atos resultam, finalmente, em fracasso ou sucesso. Com efeito, um simples relato poder ser correto sem ter nenhuma utilidade; acrescente-se-lhe em compensação, a exposição da causa, e a prática da história torna-se fecunda. Buscando as analogias para aplicá-las a nossos problemas atuais, encontramos meios e indicações para prever o futuro: o passado nos protege, bem como nos fornece modelo, permitindo-nos realizar nossas empresas sempre mais confiantes.

( Políbio, I, 1; XII, 25b. **Apud** Pinsky, Jaime — **100 Textos de História Antiga**, p. 145. São Paulo, Hucitec, 1972. Na recente edição da obra de Políbio, publicada pela Editora da Universidade de Brasília ( seleção, tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury ), os textos utilizados pelo Professor Jaime Pinsky e aqui transcritos ocorrem às págs. 41 (I,1) e 415 (XII, 25b).

## VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

## MARIO SETTE ( 1886-1950 )

O transcurso no corrente ano ( 19 de abril ) do centenário do nascimento de **Mario Sette** propiciou a Ernani Silva Bruno publicar, logo no dia seguinte, no suplemento cultural de "O Estado de S. Paulo", excelente ensaio sobre o escritor pernambucano, no qual analisou com propriedade a obra de um dos autores "mais representativos do Nordeste do Brasil e da fase pré-modernista da literatura brasileira". O trabalho do ilustre acadêmico visou mais à apreciação do ficcionista. Todavia, lembrou, com justiça e pertinência, que a partir de 1940, Mario Sette "foi trocando a literatura de pura ficção pela reconstituição histórica de paisagens, costumes, episódios e figuras humanas de sua terra". É onde entra a sua contribuição à historiografia pernambucana ( mais propriamente recifense ) através de meia dúzia de livros que se incorporaram definitivamente à bibliografia histórica de seu Estado.

"Apaixonado pela paisagem geográfica e humana do Nordeste, principalmente de seu Pernambuco, e mais especificamente, de Recife, Olinda e Caruaru,— escreveu Ernani Silva Bruno no citado artigo de "O Estado de S. Paulo" —, Mário Sette soube descrever com muita sensibilidade, em seus livros de crônicas e evocações, as feições regionais das procissões e das novenas. Os pregões. Os lampiões de gás, os bondes de burro e os carros de bois. Os chafarizes e as casas de banho. Os jogos de prendas, as serenatas e as bandas de música. Os pastoris, os frevos e os maracatus".

Exemplo raro de "escritor de província", que resistiu à sedução das cortes literárias, dele escreveu Herman Lima: "...metido teimosamente, a existência toda, no seu Recife, que ele amava com um amor quase físico, de tão intenso e inalterável, em vão lhe acenaram com a possibilidade de uma transferência para o Rio... Pôde assim dedicar-se de corpo e alma a uma obra de expressão regional quase sem paralelo em nossa literatura, por isso que, exclusivamente, integralmente, da terra pernambucana, quando não, em especial, do Recife".

Isto não o impediu de se tornar conhecido dos meios intelectuais e do público leitor de várias partes do Brasil, em seu tempo, como pertinentemente observou Ernani Silva Bruno, pois desde logo contou com o apoio de Monteiro Lobato, que lhe editou vários livros e acolheu trabalhos seus na "Revista do Brasil" ( 1ª fase ), e com Álvaro Moreyra,

que fez o mesmo na revista ( saudosa tanto quanto a outra ) “Ilustração Brasileira”.

Sua vida, no início, foi bastante movimentada. Viveu algum tempo no Sul, em Santos e no Rio de Janeiro. Realizados os estudos de humanidades, tencionou seguir algum curso superior, mas acabou desistindo. Retornou ao Recife e pôs-se a trabalhar em diversas atividades, como funcionário de empresas, jornalista e professor em vários estabelecimentos de ensino médio e, depois, na Faculdade de Filosofia do Recife.

Seu retorno à capital pernambucana, no início do século, escreveu Leonardo Dantas da Silva no prefácio a um dos seus livros, representou um reencontro com a sua terra, depois de uma fase amarga da adolescência, e deste reencontro “ressurgiu todo um interesse pelas letras e pelas coisas de Pernambuco que resultou numa invejável bibliografia sobre temas pernambucanos”. E acrescentou: “Caso não houvesse o escritor vivido tal fase amarga de sua adolescência, Pernambuco haveria perdido esta valiosa série de estudos hoje tão importantes no conhecimento de nosso desenvolvimento histórico”.

Adquiriu excelente domínio da língua, o que lhe permitiu escrever com desenvoltura. Pôs-se a publicar crônicas e contos em jornais do Recife e do Rio de Janeiro e até na “Revista do Brasil” e na “Ilustração Brasileira”, como já se mencionou. Acabou revelando-se um dos mais operosos escritores pernambucanos, tendo seu primeiro livro publicado em 1916: **Ao clarão dos obuses**, curiosamente inspirado em cenas da Primeira Guerra Mundial. Sua produção abrange mais de dez livros de ficção ( contos e romances ), dos quais bem cuidou Ernani Silva Bruno no artigo a que se referiu, de início.

Pertenceu à Academia Pernambucana de Letras e ao Instituto Arqueológico e Histórico Pernambucano. Em sua cidade natal, faleceu a 25 de março de 1950. Seu nome encontra-se evocado em vias públicas de Recife e de Olinda e também em São Paulo ( Capital ).

“Escritor honrado, autor de livros honrados”, dele escreveu o severo Agripino Grieco. Apreciando **Senhora de Engenho**, o crítico fluminense chegou a dizer que, com esse romance, Mario Sette “lançou uma espécie de **Morgadinha dos Canaviais** em Pernambuco”.

Da literatura de ficção, como já se mencionou, passou às crônicas históricas, com aquelas características apontadas por Ernani Silva Bruno, muitas delas publicadas originalmente em jornais. Crônicas ligeiras, pitorescas, de leitura agradável, mas com grande poder de evocação, o que não as descompromissam com a veracidade histórica. Sua obra, nesta modalidade, representa algo na mesma linha dos escritos de Vieira Fazenda, para o Rio de Janeiro, ou de Afonso de Freitas, para São Paulo.

Face à natureza desta nota, é esta produção de interesse histórico que nos empenhamos em registrar. Começou com dois livros quase de natureza didática, dedicados à juventude: **Velhos Azulejos** (1924) e **Terra Pernambucana** (1925). A evocação e reconstituição do passado de sua cidade propiciaram-lhe pelo menos mais cinco livros: **Maxambombas e Maracatus** ( sem data; 2ª edição: 1938 ); **Anquinhas e Bernardas** (1940); **Barcas a vapor** (1943); **Por onde os avós passaram** (1945) e **Arruar** (1948). Deixou inéditas suas **Memórias Íntimas**, que só recentemente vieram a lume. Vários de seus livros fizeram jus a reedições e pelo menos quatro foram, há pouco, incluídos nas preciosas coleções de publicações oficiais promovidas pelo Estado de Pernambuco e pela municipalidade do Recife: a coleção "Recife", onde se encontram **Maxambombas e Maracatus** ( em quarta edição ), **Terra Pernambucana** ( em 10ª edição ) e a edição póstuma de suas memórias; e a "Coleção Pernambucana", onde se encontra a segunda edição de **Arruar**. De **Maxambombas e Maracatus** é o excerto que recolhemos para a **Seleta**, deste número. ONM

## SELETA

## RUA DO IMPERADOR

Mário Sette

Foi sempre a rua política do Recife. Foi e é. Outrora, debaixo das gameleiras que a enfeitavam reuniam-se governistas para gabar o poder e opositoristas para atacá-lo. Políticos da Monarquia, barões disso, viscondes daquilo e graves conselheiros, todos barbados, de sobrecasacas, cartolas, sisudos e medidos; políticos da República já mais democráticos nas atitudes, nos paletós-sacos, nos simples bigodes... Até chegarmos aos ultra-democráticos de roupas brancas, camisas de seda, caras raspadas e costeletas. Acertavam-se conspirações, esboçavam-se artigos fulgurantes, te-souravam-se adversários, choravam-se máguas do ostracismo, lubrificavam-se esperanças de fastígio, ironizavam-se figuras de prôa, reconciliavam-se políticos, tramavam-se perfídias... Tanta cousa ! E os boatos que num frêmito sorrateiro partiam dali para rápidos atingirem os arrabaldes e os sertões com as suas notícias falsas e tremendas !

Tempos agitados, sombrios ou temerosos do período Barbosa Lima, com a cavalaria abaixo e acima; do estado de sítio de Floriano com a ameaça da ilha das Cobras; da prisão de José Mariano, Gonçalves Maia, Paula Mafra, Albino Meira e tantos outros; do tiroteio de 18 de dezembro no pátio do palácio e da fuga de José Maria para o “oco do mundo”; da propaganda da República e do assassinato de Ricardo Guimarães; da campanha pró-Dantas Barreto com os comícios violentos à porta do “Pernambuco”; do quebra-lampeões no quadriênio Rodrigues Alves; do jóquei Crispim, o “martir” da época; dos jornalistas engulindo em pílulas as trovas irreverentes que publicavam.

A tudo a rua do Imperador assistiu. Ali ficavam as redações dos jornais mais famosos do Recife pela sua intrepidez de oposição: “A Província”, o “Pernambuco”, a “Gazeta da Tarde”, o “Correio do Recife”, “A Concentração”... E ainda hoje lá estão o “Jornal do Recife”, o “Jornal Pequeno”, o “Jornal do Comércio”, o “Diário da Manhã”. Mesmo com os prélios revolucionários transferidos, agora, para as ruas sossegadas de Boa Vista, a rua do Imperador conserva, pelo menos, o primado dos boatos e das maledicências. É o “rendez-vous” dos que têm muito o que falar e nada que fazer.

Rua histórica, impávida, gloriosa. Desde a época em que Frei Caneca dormiu suas derradeiras noites na Cadeia Velha e dela safu para o patíbulo do largo das Cinco Pontas. Desde a época em que o Conde d'Eu passou por ela, com todas as honras de príncipe consorte, seguido por Silva Jardim que pregava a República. Desde a época em que, diante da multidão entristecida e chorosa, abafando a revolta, trouxeram para a redação da "Província" o cadáver de José Maria, assassinado numa seção eleitoral. Desde o dia em que José Mariano transitou por ali, sob arcos de folhagem, bandeiras, vivas, de volta das enxovias da ilha das Cobras. Desde a época em que os batalhões de voluntários iam por ela a caminho do Paraguai. Desde a época em que Nabuco, derrotando um candidato do governo, pôs a cidade em polvorosa e a rua do Imperador toda enfeitada.

Em discursos flamejantes oradores de fôlego ou medfocres atacaram o imposto do vintém, a tirania do Rosas, a ignomínia da escravidão, a carestia da vida, a moleza do Imperador, a arrogância de Deodoro, as diabruras do Antônio Conselheiro, a derrota de Moreira César, os arreganhos do general Pando, as violências de Floriano, o monarquismo de Saldanha da Gama, os tributos de Campos Sales, as manhas de Pinheiro Machado, o militarismo de Hermes, a politicagem do Rosa, a voluntariedade do Dantas, tudo isso em mistura com protestos contra a vacina obrigatória, a moda saia-calção, os depósitos de flandres para lixo, o saturnismo das águas da Companhia de Beberibe, os desmandos da maxambomba, as chinesas que tiravam bichas dos olhos, os artigos do pastor Salomão Guinsburg, a queima das bíblias por Frei Celestino, a prisão de D. Vital, os capoeiras de frente de música, a guerra do Transvaal, a demolição dos Arcos.

(...) Também por essa artéria desfilavam as passeatas de estudantes de Direito, no 11 de agosto ou nos trotes aos calouros, vindas da Faculdade que ficava visinha à Igreja do Espírito Santo. Dias de vibração acadêmica, de espírito, de ruído. Calouros de mãos amarradas, de paletós pelo avesso, de chapéus de mulher, de camisas por fora das calças... E obrigados a discursos bestialógicos de quando em quando. Quanto desembargador respeitável de agora passou por ali, assim !

(...) Rua dos vagabundos, dos boêmios, dos jornalistas, dos estudantes, dos meirinhos, dos advogados e dos frades de São Francisco. Sobretudo, rua de encrencas, das "blagues" e dos pecados. Há ali o contraste entre os frades e as meretrizes.

Mas, acima de tudo, a rua do Imperador é a nossa rua política. Tão política, que em 1889 foi das primeiras a mudar o nome para 15 de Novembro e depois, menos arrebatadamente, voltou a se chamar do Imperador, como outrora.

Ela tem visto de tudo, no gênero. Conservadores, caiados, liberais, monarquistas, deletérios, republicanos, escravocratas, violões, abo-

licionistas, pés-de-chumbo, dantistas, civilistas, hermistas, marretas... E ainda hoje vê outros rótulos. Não vale o gosto apreciá-los. Os de outrora, à distância, são mais “gozados”.

Foi nela que se verificou um dos episódios marcantes, e, pode-se dizer decisivos, pelo efeito do ridículo, da campanha pró-Dantas. A cidade inteira vivia em polvorosa. Comícios fogosos. Entusiasmo popular. Lutas com a polícia todas as noites. Intervenções do exército. Mortes, ferimentos, carreiras, sustos, êxodo de famílias, o diabo. Todas as casas ostentavam nas vidraças o retrato do general salvador dentro de uma bandeirinha verde-amarela. Tudo caminhava para a queda do rosismo e a vitória do dantismo. Todavia, o governo do Estado reagia, defendia-se, resistia. Tinha ainda a Força Pública ao seu lado.

Mas uma tarde, em plena rua do Imperador, ouviram-se vivas a Dantas Barreto saindo do quartel do 1º Corpo de Polícia, que ficava na esquima da Praça da República. O povo alvoroçou-se. Exultou. Juntou muita gente na calçada. Vivas a Dantas Barreto dentro de um quartel do governo estadual só poderia traduzir uma adesão à causa dantista. E a notícia correu rápida: a polícia aderira ao general. Tocou-se a “Vassourinha”. Cantou-se de novo o “Cantemos, pernambucanos/Um hino santo em louvor/General Dantas Barreto/É o nosso salvador”. No outro dia, porém, um órgão oficial explicou a cousa. Antes não o fizesse. Caiu no godo do povo a explicação: os vivas não tinham sido ao general Dantas Barreto, como parecera, e sim a um soldado de apelido marreta, que fazia anos... A polícia explica tudo.

(Maxambombas e Maracatus, pp. 211-215. 4ª edição. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. Coleção “Cidade do Recife”, v. 19).



## RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

( Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram divulgadas ).

## 143. INTERESSE PELAS FERROVIAS

Durante muito tempo, a bibliografia ferroviária brasileira constituía-se apenas de obras de engenheiros, muitas vezes dos próprios construtores das estradas de ferro. Obras importantes, ricas de pormenores técnicos, mas que pouco podiam interessar aos que desejassem ver nas ferrovias mais que seu aspecto puramente técnico. Longe de mim menosprezar esta bibliografia. Obras como as de Palhano de Jesus, Lassance Cunha, Adolfo Pinto, Emílio Schnoor, José Luiz Baptista, Moacyr Silva, entre outros, constituem fontes indispensáveis para qualquer estudo que se faça sobre o tema.

Quando, há mais de quarenta anos, elaborei modesta comunicação a um Congresso de Geografia reunido em Florianópolis, sobre a correlação entre a expansão ferroviária e o desenvolvimento da cultura do café em São Paulo, nada encontrei que me pudesse servir de roteiro. Acabei tendo de fazer trabalho pioneiro, com todos os defeitos, vícios, imperfeições e perplexidades de qualquer trabalho pioneiro. Mas, bem ou mal, foi feito. E quando, trinta anos mais tarde, retomei o tema para o que veio a ser o livro **Café e Ferrovias**, pouco havia se alterado a situação do ponto de vista bibliográfico. Aparecera, sim, o livro de Estevão Pinto, mas adstrito apenas a uma ferrovia do Nordeste; aparecera, também, o livro de Fernando de Azevedo, sobre a **Noroeste do Brasil**, o qual, com o devido respeito ao saudoso mestre e amigo, pouco contribuiu para o conhecimento do tema; e aparecera o livro de Célio Debes, sobre a **Paulista**, primeiro volume de obra mais vasta, que o autor não prosseguiu.

Todavia, de 1973 para cá ( data da publicação de **Café e Ferrovias** ), o assunto passou a interessar a numerosos pesquisadores, muitos deles — digo-o com satisfação — estimulados pelas sugestões que levantei no último capítulo de meu livro. Numerosos trabalhos de grau universitário foram elaborados sobre ferrovias, alguns já publicados. O professor

José Roberto de Souza Dias, na época vinculado ao Rio Grande do Sul e hoje em Santa Catarina, tomou duas ferrovias gaúchas para suas teses de mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo; assim, a professora Palmira Petratti, sobre a antiga **São Paulo Railway**; a professora Cassia Muniz Carletto, sobre uma pequena ferrovia baiana, e agora, recentemente, o professor Lando Rogério Kroetz, de Curitiba, fez jus ao doutoramento, também na Universidade de São Paulo, com tese sobre as ferrovias paranaenses. Uma antiga aluna da PUCCAMP, hoje residente em Araraquara, a professora Eva de Ávila Rossi, escolheu a nossa **Funilense** para sua monografia de mestrado, em andamento. Estou me referindo apenas a trabalhos em que tive alguma participação, como orientador ou examinador. Oportunamente cuidarei de outros que já tiveram a sorte de ser publicados. ( 19-2-1986 )

\*

#### 144. LIVRO DO CENTENÁRIO

Em 1900, com o caráter comemorativo do quarto centenário do descobrimento do Brasil, publicou-se no Rio de Janeiro uma extensa e valiosa obra, em quatro alentados volumes, intitulada simplesmente **Livro do Centenário**. O título tem levado muita gente a pensar, sem atentar para a data, que se trata do centenário da Independência, comemorado em 1922. De fato, a palavra “centenário”, desacompanhada de qualquer indicação de ordem numérica, leva sempre a pensar que se trata do primeiro. A mesma coisa ocorreu com importante livro do historiador Rocha Pombo sobre o Paraná, aliás seu Estado natal, intitulado simplesmente **O Paraná no Centenário**. Só folheando-o é que o leitor vai saber a que centenário se refere.

Mas, em que pese este reparo de ordem bibliográfica, a verdade é que o chamado **Livro do Centenário** tornou-se uma das obras de referência mais importantes da bibliografia brasileira. Promovida e publicada sob os auspícios da Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, totaliza a obra quase duas mil páginas, com numeração distinta para cada seção do livro, num total de quatorze, atendendo ao programa de “dar a conhecer as riquezas naturais do Brasil e o seu progresso em todos os ramos da atividade humana”, e ainda “assentar um marco imorredouro na estrada de nossa existência nacional, marco que assinale o esforço heróico do passado e ao mesmo tempo sirva de estímulo às gerações futuras”.

Colaboraram no **Livro do Centenário** expressivas figuras da cultura brasileira, a saber: Capistrano de Abreu, Oliveira Lima e Moreira de Azevedo ( Descobrimto do Brasil e sua evolução no século XVI ); Pe. Júlio Maria ( Catolicismo ); Sílvio Romero ( Literatura ); José Veríssimo ( Ensino e Imprensa ); Coelho Neto ( Belas Artes ); José Eduardo Teixeira de Sousa e Agostinho José de Sousa Lima ( Ciências médico-farmacêuticas ); José Carlos Rodrigues ( Religiões Acatólicas ); general Costallat e almirante Jaceguay ( Organização Militar ); Clovis Bevilacqua e Gregório Taumaturgo de Azevedo ( Relações Exteriores ); Júlio de Barros Raja Gabaglia ( Direito ); Antônio Olinto dos Santos Pires ( Mineração ); Paula Freitas ( Viação e Obras Públicas ) e Moura Brasil ( Agricultura ).

Algumas das contribuições enumeradas tornaram-se clássicas em nossa bibliografia. Assim, as monografias de Capistrano de Abreu sobre o descobrimento do Brasil, de José Carlos Rodrigues, sobre religiões acatólicas, de Sílvio Romero, sobre Literatura, entre outras. O último volume foi quase todo consagrado ao programa e descrição das festividades comemorativas da efeméride quadricentenária de 1900. Não tendo sido reeditado, tornou-se o **Livro do Centenário** preciosa raridade bibliográfica, de difícil acesso e que poucas bibliotecas possuem. ( 19-3-1986 )

\*

## 145. PARA A HISTÓRIA DO PROTESTANTISMO

Durante muito tempo a história do Protestantismo no Brasil foi colocada em bases denominacionais. Cada denominação possui seus historiadores, autores de obras mais ou menos extensas, igualmente mais ou menos valiosas, todas elas indispensáveis, sem dúvida, para o conhecimento da crônica do estabelecimento e desenvolvimento das respectivas igrejas. Assim, Domingos Ribeiro, Vicente Themudo Lessa e Júlio Andrade Ferreira, para os presbiterianos; James L. Kennedy, Paul E. Buyers e José Gonçalves Salvador, para os metodistas; Mesquita e Crabtree, para os batistas, e por aí fora. Acrescente-se essa bibliografia numerosos livros contendo reminiscências de atividades pastorais, memórias ou biografias de figuras eninentes das diversas igrejas. Tudo isto, obviamente, constitui fontes que nenhum pesquisador poderá desprezar.

O primeiro trabalho sobre o Protestantismo brasileiro elaborado sem se prender aos parâmetros denominacionais, talvez tenha sido o do grande jornalista José Carlos Rodrigues ( 1844-1923 ) intitulado **Religiões Acatólicas do Brasil**, publicado em 1900 no denominado **Livro do**

fizeram, ao longo da história, os diversos povos. Era o velho Piccarolo uma das grandes figuras da vida intelectual paulista. Nascido na Itália, desempenhou em sua pátria diversos cargos públicos e no começo do século veio para o Brasil e aqui viveu mais de quarenta anos. Socialista militante, teve participação ativa em diversos movimentos sociais na capital paulista e muito escreveu em defesa de suas idéias, bem como sobre problemas da imigração italiana no Brasil. Tornou-se grande conhecedor de nossa história e de nossa língua e literatura, a ponto de, sendo italiano, chegar a lecionar português num dos mais importantes estabelecimentos de ensino em São Paulo.

Com outros intelectuais paulistas, fundou, em 1931, a Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, precursora do que veio a ser, alguns anos depois, a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Até 1935 ou 36 sobreviveu a "Faculdade Paulista" de mestre Piccarolo, desaparecendo quando, com a criação da escola oficial, perdeu sua razão de ser. Foi onde o conheci, ponto inicial de uma grande amizade, que durou até o seu falecimento, em 1947. Muitas vezes o visitei em sua chácara de Santo Amaro, no caminho de Itapeberica.

Com a fundação da Universidade, passou a colaborar com ela, não como professor-titular, mas como conferencista a todo instante solicitado. Lembro-me da série de conferências que proferiu a propósito do bimilenário de Augusto, editadas depois em livro pela própria Universidade.

Certa vez em que descíamos juntos a escadaria da velha Escola Normal da Praça da República, em cujo terceiro andar funcionavam alguns cursos da Faculdade de Filosofia, perguntei-lhe se não tinha intenção de reunir em livro a magnífica série de artigos que vinha publicando no "Estado" sobre a guerra e a paz, e que se encontrava, ao que parecia, próxima do fim. Respondeu-me que ainda não havia pensado no caso, mas que ia pensar. Ponderou que talvez não fosse fácil achar editor. Mas encontrou: no ano seguinte ( 1940 ), aparecia à venda, nas livrarias, lançado pela antiga Athena Editora, o volume **A Guerra e a Paz na História**. Relendo-o outro dia, à procura de uma referência qualquer que estava me intrigando a propósito de Júlio César, não pude deixar de me lembrar do velho mestre, a quem tanto deve a cultura paulista. Figura extraordinária, à espera, ainda, que alguém escreva sobre sua vida movimentada e sua obra multi-forme. ( 11-6-1986 )

## 148. À BEIRA DO SÉCULO XXI

Tomo para esta nota o título de uma das conferências reunidas no opúsculo que a motivou, precisamente a que foi proferida por Gilberto Freyre na inauguração do ciclo denominado “Brasil século XXI”, com o qual o IBRAPE — Instituto Brasileiro de Altos Estudos — iniciou suas atividades em outubro do ano passado.

Fundado por elementos do Instituto Brasileiro de Filosofia e da Fundação Armando Álvares Penteado, surge o IBRAE — lembra o professor Miguel Reale, seu presidente, na apresentação do volume — “em momento oportuno da vida intelectual brasileira, quando corremos o risco de perder o verdadeiro sentido da atividade cultural, cujo valor global fica comprometido quando se pretende dar atenção apenas às manifestações artístico-culturais de caráter popular”. E para que ninguém o interprete mal, apressa-se o ilustre mestre em declarar nunca lhe ter passado pela idéia menosprezar as manifestações folclóricas, as expressões naturais e imediatas de nosso povo, universalizadas com notável originalidade na música e nas artes plásticas, “pois elas representam componente precioso de nosso ser nacional”. Sua intenção é salientar “apenas a necessidade de uma visão dinâmica e complementar entre a cultura espontânea e a cultura erudita, mesmo porque esta se alimenta da seiva daquela, recebendo motivos de inspiração que nos auxiliam a caracterizar a nossa posição no mundo universal do espírito”.

E quanto aos objetivos da nova entidade cultural, não foi menos claro o professor Reale: propiciar meios às investigações de alto nível, com base no princípio de interdisciplinariedade; estabelecer contato permanente entre todas as áreas culturais brasileiras, para “superar-se o arquipélago que enfraquece e compromete as múltiplas investigações em processo na vastidão do território nacional, uns pesquisadores ignorando os trabalhos e contribuições dos demais”.

Nada mais do que colocamos entre aspas será necessário para que o Instituto se credencie à consideração de todos aqueles que tenham interesse em qualquer aspecto da cultura brasileira.

Ao intitular seu primeiro ciclo de conferências “Brasil século XXI”, não animou ao Instituto nenhum propósito de mera futurologia. Antes, como foi salientado, o que sentimos todos neste final de século é a necessidade de um balanço ou inventário daquilo que foi feito pela nossa “atormentada centúria”, a fim de que se vislumbre algumas linhas diretoras de nosso futuro. Enfim, a herança que vamos transmitir ao novo século que se iniciará dentro de pouco mais de uma década. Será que soubemos aproveitar bem a herança que recebemos do século XIX? E poderemos ter

**Centenário**, do qual há pouco me ocupei neste local. Mas foi só com o livro do professor Émile G. Léonard que se fez o primeiro estudo realmente valioso sobre o Protestantismo, do ponto-de-vista eclesiológico. Com todos os defeitos que tem, decorrentes sobretudo da pressa com que foi elaborado, sem uma rigorosa crítica das fontes, como seria necessário, a verdade é que o livro do eminente historiador francês que ilustrou por alguns anos a Universidade de São Paulo e de quem guardo excelente lembrança, ficou um marco — e certamente ficará por muito tempo — na história do Protestantismo brasileiro. Tanto, que tem feito jus a reedições.

Mais profundo e mais rigoroso do ponto-de-vista metodológico, registre-se o excelente livro **No Celeste Porvir**, do pastor presbiteriano independente Antônio Gouvêa Mendonça. O autor parte do princípio de que, embora haja um Protestantismo no Brasil, “o protestante não aparece, não se apresenta, não se insere de modo sensível na política, na cultura”. Enfim, não há um impacto protestante na sociedade brasileira. Outro livro, em sentido bem diferente, mas igualmente valioso, é o David Gueiros Vieira, **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa**. Este foi editado pela Universidade de Brasília, enquanto o do rev. Mendonça o foi por uma editora católica ( significativo ! ), das mais prestigiosas do País ( Paulinas ).

Entendendo que não se pode fazer história sem fontes, Duncan A. Reily, da Igreja Metodista, oferece-nos a primeira **História Documental do Protestantismo no Brasil**. Livro fundamental, sem o qual jamais se conhecerá a religião reformada em nosso País ( São Paulo, Aste, 1984 ) ( 7-5-1986 )

\*

## 146. GRANDE ENGENHEIRO FERROVIÁRIO

A necessidade de consultar alguns números atrasados da preciosa “Revista Brasileira de Geografia” ( circulará ainda ? ) fez-me deparar com o que não procurava: uma biografia do grande engenheiro ferroviário Emílio Schnoor, da lavra do geógrafo e também engenheiro Vergílio Corrêa Filho. Nascido em França, em 1855, ( de ascendência alemã como o sobrenome o indica ), veio para o Brasil ainda menino. Diplomou-se pela velha Escola Central, do Rio de Janeiro, e iniciou, ainda estudante, sua imensa atividade ferroviária, que marcou toda a sua vida e fê-lo presente em quase todos os Estados do Brasil onde foram construídas estradas de ferro. E ainda com um interregno de dez anos em que viveu na Argentina

prestando serviços a importantes “ferrocarriltes” da nação vizinha. Poucos engenheiros, no Brasil, apresentam tão bela folha de serviços.

O nome de Schnoor está vinculado a um dos mais importantes empreendimentos ferroviários já levados a efeito no Brasil: a ligação do litoral com Mato Grosso. A Guerra do Paraguai revelara toda a fraqueza de nosso sistema de articulação interna, o que representou enorme vantagem para os paraguaios, que, fechando ao Brasil a navegação do rio Paraguai, simplesmente isolou a província de Mato Grosso do restante do Brasil, uma vez que, na época—por incrível que pareça—quem quisesse, por exemplo, ir do Rio de Janeiro ou de São Paulo a Mato Grosso, teria que fazê-lo pela via platina, subindo o rio Paraguai até Cuibá, localizada, como todos sabem, bem no centro geográfico da América do Sul.

Eis porque, terminada a guerra, apressaram-se todos em resolver o problema da ligação com a grande província do Centro-Oeste. Os dois últimos decênios do século passado foram férteis em planos ferroviários atendendo à tão almejada ( e necessária ) vinculação São Paulo/Mato Grosso, especialmente tendo em vista que as ferrovias paulistas já haviam atingido a porção central do Estado. O que não impediu que planos verdadeiramente utópicos fossem concebidos e apresentados à consideração das autoridades competentes, numa febre de empresas bem própria da época que se seguiu à proclamação da República. Algumas dezenas de projetos, quase todos bastante ambiciosos e tão inexecutáveis que jamais foram realizados, podem ser arrolados para constituírem uma como que pré-história da **Noroeste do Brasil**.

É aqui que entra a ação do engenheiro Schnoor. Deve-se-lhe, com pequenas alterações, o projeto que acabou sendo realizado pela **Estrada de Ferro Noroeste do Brasil**, partindo de Bauru ( a idéia original era fazê-la partir de Agudos ) e alcançando as margens do rio Paraguai. Para consegui-lo, o grande engenheiro teve de contrariar dezenas de planos e interesses pouco compatíveis com a realidade, como o demonstrou de sobra em seu precioso livro publicado em 1903. ( 14-5-1986 )

\*

## 147. DE GUERRA E DE PAZ

Em princípios de 1938, quando a ameaça da guerra já pairava terrível sobre o mundo, e atendendo à sugestão de uma leitora, o eminente professor Antônio Piccarolo escreveu em “O Estado de S. Paulo” uma série de trinta artigos, nos quais procurou resumir o conceito que da guerra

consciência de que os valores que vamos transmitir ao século XXI serão realmente válidos para os que nele viverem? Perguntas não de resposta fácil, mas para cujo equacionamento bem adequado muito poderá contribuir o Instituto Brasileiro de Altos Estudos. (6-8-1986)

\*

#### 149. SAINT-HILAIRE EM ARAXÁ

Ao ensejo do transcurso do bicentenário de Saint-Hilaire (1979), tive oportunidade de publicar pequena monografia sobre o grande cientista e viajante, que tão bem escreveu sobre o Brasil, na primeira metade do século passado. Julguei de utilidade acrescentar ao volume a bibliografia provavelmente completa não só de seus escritos originais, mas o que já havia sido traduzido para a nossa língua. Não só os próprios relatos de viagens, indispensáveis para o conhecimento do Brasil da época, mas igualmente destaques que houvessem sido dados, por tradutores e comentaristas a trechos de seus escritos referentes a cidades ou regiões do País. Entre eles, por exemplo, o volume publicado pela municipalidade de Porto Alegre contendo o que Saint-Hilaire escrevera sobre a capital do Rio Grande do Sul, acrescido de valiosos comentários. Aliás, salientei, na ocasião, que o Rio Grande do Sul fora o Estado que melhor comemorara o bicentenário do grande naturalista e viajante. Certamente, de então para cá, outros textos apareceram e é precisamente de um deles que desejo cuidar nesta nota.

No segundo semestre de 1981, o "Correio de Araxá" estampou longa série de 36 artigos do professor Ernesto Rosa Neto, transcrevendo e comentando as páginas do grande viajante sobre a hoje importante cidade do Triângulo Mineiro, por ele visitada em 1819. Graças à gentileza de pessoa amiga, natural de Araxá, mas na época residente em São Paulo, obtive boa parte dos artigos do professor Rosa Neto. Uma recente visita que fiz à bela cidade ofereceu-me o ensejo de obter, graças à atenção do sr. Atanagildo Côrtes, diretor do jornal em que os artigos foram publicados, as indicações precisas das datas dos artigos de que não disponho.

Publicados entre 29 de julho e 2 de dezembro de 1981, os artigos do professor Ernesto Rosa Neto incorporaram-se, agora, definitivamente, à bibliografia saint-hilaireana, e com eles, igualmente, o prestigioso jornal de Atanagildo Côrtes inscreve-se em nossa xenobibliografia como fonte a ser consultada quando se tratar de viajantes estrangeiros no Brasil.



Seria excelente — e aqui fica a sugestão — se alguma entidade cultural de Araxá ( e existem várias em condições de o fazer ) se propusesse a publicar em opúsculo os 36 artigos do “Correio de Araxá”. Seria a melhor maneira não só de se dar maior divulgação ao importante trabalho, mas especialmente de evitar que ele se perca, dando-lhe o caráter de permanência que só o livro assegura. De fato, recortes de jornal, poucas pessoas têm condições de colecioná-los, especialmente os que não residem na cidade. O próprio autor desta nota, com todo o seu empenho em “farejar” escritos de Saint-Hilaire, tem apenas dois terços do que foi publicado pelo periódico de Araxá.\* Mais ainda: seria, acredito, um estímulo a que o mesmo fosse feito com relação a outras cidades por onde o grande sábio andou. ( 28-8-1986. Transcrito no “Correio de Araxá”, por gentileza de seu diretor, sr. Atanagildo Côrtes, em 6-9-1986 ).

\*

\* \* \*

---

(\*) Poucas semanas após a publicação deste “rabisco”, o autor teve oportunidade de receber, graças à gentileza do Professor Ernesto Rosa Neto, cópias não só dos artigos que lhes faltavam na série sobre Saint-Hilaire, como de outros que o mesmo professor publicou, também no **Correio de Araxá**, resenhando escritos de Aires do Casal, Cunha Matos e, sobretudo, de Eschwege, os quais serão objetos de próximas notas no **Correio Popular**.

## ÍNDICES DOS NÚMEROS 121 A 124

( Ano XVIII, 1986 )

- 121 – janeiro/março – págs. 1 a 84  
 122 – abril/junho – págs. 85 a 164  
 123 – julho/setembro – págs. 165 a 256  
 124 – outubro/dezembro – págs. 257 a 352

## ÍNDICE DE AUTORES

- AMARAL, Leopoldo – A “Pastoral”, de Coelho Neto – 325.
- BANDECCHI, Brasil – Discurso de recepção a Odilon Nogueira de Matos na Academia Paulista de Letras – 277.
- BESOUCHET, Lidia – Um diplomata espanhol na corte de D. Pedro II – 106.
- BRAGA, Francisco – Visita a Carlos Gomes
- BRITO, Lemos – Deslocação do eixo econômico para o Sul – 153.
- BRUNO, Ernani Silva – Os esquecidos – 8.
- CALDEIRA, José de Ribamar – Uma importante análise nas relações do Brasil colônia – 25.
- CARVALHO, Itala Gomes Vaz de – As óperas de Carlos Gomes
- CARVALHO, Roberto Machado – Fernando Costa, o administrador – 300.
- COSTA, Sérgio Amad – Nativismo gaúcho – 16
- CUBSTEAD, Lane T. – O legado melodioso de Victor Herbert – 138.
- DAMANTE, Hélio – A Imperatriz do Brasil – 14
- FIGUEIREDO, Antônio Santos – A incapacidade política dos estadistas brasileiros – 114.
- FIGUEIROA, Sílvia F. de M. – A Comusão Geográfica e Geológica de São Paulo: sua história – 286.
- FITCHETT, W. H. – Situação religiosa da Irlanda no século XVIII – 71.
- FRANCISCO III, Martim – Taunay – 76.
- FROTA, Luciara S. Aragão e – Aspectos históricos da formação das ferrovias – 99.
- GIL, Antônio Carlos – Alfonso Trujillo Ferrari – 60.
- GONZALEZ, Carlos – Os dois Franz Schubert – 65.
- GOUVÊA, Fernando C. – A mordaz crítica nos tempos do Império – 17
- HUMBOLDT, Alexandre von – Relações antigas entre a Ásia Oriental e a América Ocidental – 147.
- IPANEMA, Marcelo e Cybelle de – Instrumentação da “Imprensa Paulista”, de Lafaiete de Toledo: a imprensa em Amparo – 29
- KIDDER, Daniel P. – Visita a Campinas – 144.
- LAPA, J. R. do Amaral – Uma História Geral da Civilização Brasileira – 297.

- LOPEZ, Luiz Roberto – Monroe: na prática a doutrina é outra – 110.
- MALATIAN, Tereza M. – “Rerum Novarum”, uma opção da Igreja – 92.
- MATOS, Odilon Nogueira de – “À beira do século XXI” – 343.
- MATOS, Odilon Nogueira de – A “Galeria” de Sisson – 163.
- MATOS, Odilon Nogueira de – A morte de Francisco Mignone – 134.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Bento Quirino – 67.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Carlos Gomes no seu sesquicentenário – 168.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Centenário de Mello Leitão – 319.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Centenário do Ramal de Caldas – 316.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Centenário do trem para Santo Amaro – 135.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Comissão Geográfica e Geológica – 136.
- MATOS, Odilon Nogueira de – De guerra e de paz – 341.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Discografia de Carlos Gomes – 249.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Discografia de Francisco Mignone – 140.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Discurso de posse na Academia Paulista de Letras – 259.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Do Litoral ao Planalto Paulista nos tempos coloniais – 87.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Ernesto Leme – 317.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Espírito cipelista – 161.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Geólogo e historiador – 82.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Grande engenheiro ferroviário – 340.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Historiador homenageado em calendário – 83.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Inédito de Hilton Federici – 158.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Interesse pelas ferrovias – 337.
- MATOS, Odilon Nogueira de – José Pedro Leite Cordeiro – 62.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Lemos Brito – 149.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Livro do Centenário – 338.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Mário Sette – 331.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Martim Francisco III – 73.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Novos estudos missionários – 159.
- MATOS, Odilon Nogueira de – O Livro do Reverendo Walsh – 162.
- MATOS, Odilon Nogueira de – O segundo Mello Moraes – 80.
- MATOS, Odilon Nogueira de – O último livro de Brasil Bandecchi – 160.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Os dois Mello Moraes – 80.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Outro inédito de Hilton Federici – 158.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Para a história do Protestantismo – 339.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Pergunta sem resposta – 169.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Presença francesa no Brasil – 79.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Terra da saúde e da beleza – 3.
- MATOS, Odilon Nogueira de – Uma ópera a serviço da liberdade – 322.
- MORAES, Rubens Borba de – Primeiras edições das obras de Silva Alvarenga – 44.
- MORAES FILHO, Mello – Carlos Gomes – 196.
- MOTTA, Carlos Guilherme – Braudel: em busca do tempo perdido – 122.
- OTÁVIO, Rodrigo – Carlos Gomes – 212.
- POLÍBIO – O método histórico – 330.
- RIBEIRO JÚNIOR, João – Os homens do mar – 94.
- RIBEIRO JÚNIOR, João – Um homem inquieto: Goethe – 293.
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel – A “brecha” da historiografia brasileira nos anos da repressão – 97.

- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel – A “Farroupilha” nos discursos parlamentares – 291.  
 RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel – O Rio Grande do Sul precisa ser mais conhecido – 23.  
 RODRIGUES, Nina – Palmares – 146.  
 SETTE, Mário – Rua do Imperador – 333.  
 SILVA, Firmino – O Tropeiro – 328.  
 SOUZA, Newron Stadler de – A Revolução Federalista e o fim de uma colônia anarquista – 118.  
 TAUNAY, Afonso de E. – Carlos Gomes e o Visconde de Taunay – 184.  
 TAUNAY, Visconde de – A minha colaboração como libretista de “O Escravo” – 216.  
 TAUNAY, Visconde de – Carlos Gomes em Milão – 188.

#### REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

- ÁGORA, ano 1, nº 2 – 312.  
 ALMEIDA, Adhemar Rivermar de – Montese, marco glorioso de uma trajetória – 303.  
 ALMEIDA, Gastão Thomaz de – Imprensa do interior – 51.  
 ANAIS da VII Reunião de Positivistas – 57.  
 ANDERSON, Pery – Linhagens do Estado absoluto – 52.  
 ART 014 – 312.  
 AZEVEDO, Paulo de Campos – Paraitinga no meu tempo – 303.  
 BANDECCHI, Brasil – Elementos de história do Direito – 127.  
 BANDECCHI, Brasil – História e ficção na poesia e no romance – 52.  
 BROMBERG, Rachel M. – A Inquisição no Brasil: um capitão-mor judaizante – 303.  
 BUESCU, M. – Brasil, problemas econômicos e experiência histórica – 304.  
 BUESCU, M. – Métodos quantitativos em História – 304.  
 BUZAID, Alfredo – Camões e o Renascimento – 305.  
 CALÓGERAS, Pandiá – O Marquês de Barbacena – 128.  
 CAMPANHOLE, Adriano – História da Fundação de Assis – 53.  
 CARVALHO, Hilário Veiga de – O erro de “Os Lusíadas” – 305.  
 CARVALHO, Côn. José Geraldo Vidigal de – Temas Pedagógicos – 306.  
 CEZAR, Adilson – Notas para a lavoura canavieira em Sorocaba – 306.  
 CIÊNCIA Histórica, nº 1 – 312.  
 COMUNICARTE, nº 5 – 312.  
 CONSORTE, Josilideth Gomes – O messianismo no Brasil contemporâneo – 128.  
 DANTAS, Arruda – Mosenhor Castanho – 129.  
 DEDALO, nºs 23 e 24 – 313.  
 ESTUDOS Ibero-Americanos, vol. XIV, nºs 1 e 2 –  
 ESTUDOS Leopoldenses, nºs 93/94 – 313.  
 FAUSTO, Boris – Crime e cotidiano – 53 ; 129.  
 FERRETTI, Sérgio F. – Querebentan de Zomadonu – 307.  
 FONSECA, Walter – História de uma vida: João Severiano da Fonseca Hermes – 308.

FRANCO, J. Nascimento – O Direito no banco dos réus e outros temas – 54.

IGLESIAS, Francisco – A industrialização brasileira – 308.

INOJOSA, Joaquim – A arte moderna – 309.

MAIA, Benedito – Governadores da Paraíba – 309.

MEIRINHO, Jali – Dantas históricas de Santa Catarina – 310.

NEGRÃO, Lísias Nogueira – O messianismo no Brasil contemporâneo – 128.

OLIVEIRA, José Teixeira de – História do café no Brasil e no mundo – 55 ; 130.

PERSPECTIVA, ano 11, nº 37 – 313.

REALE, Miguel – Figuras da inteligência brasileira – 55.

RETAMOZZO, Aldira Corrêa (et alii) – O papel da mulher na Revolução Farroupilha – 56.

REVISTA Brasileira de Estudos Políticos, nº 60/61 – 57; nº 62 – 313.

REVISTA Brasileira de Filosofia, fasc. 140 – 132.

REVISTA Brasileira de Sociologia, vol. 8, nºs 1/2 – 132.

REVISTA de Antropologia, v. 27/28 – 132.

REVISTA de História, v. 115 – 132.

REVISTA do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, vs. 11/12 e 13 – 58.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 345 – 314.

SAMPAIO, Consuelo Novaes – O Poder Legislativo na Bahia – 131.

SODRÉ, Nelson Werneck – Vida e morte da ditadura – 310.

TABORDA, Tarcísio – Bagé e a Revolução Farroupilha – 311.

TRINDADE, Liana Savia – Exú, símbolo e função – 131.

WALLERSTEIN, Immanuel – O capitalismo histórico – 311.

#### TEXTOS E SELEÇÕES

BRITO, Lemos – Deslocação do eixo econômico para o Sul – 153.

FITCHETT, W. H. – Situação religiosa da Irlanda no século XVIII – 71.

FRANCISCO III, Martim – Taunay – 76.

HUMBOLDT, Alexandre von – Relações antigas entre a Ásia Oriental e a América Ocidental – 147.

POLÍBIO – O método histórico – 329.

RODRIGUES, Nina – Palmares – 146.

SETTE, Mário – A Rua do Imperador – 333.

SILVA, Firmino – O Tropeiro – 328.

VOLUNTÁRIOS da Pátria – 69.

#### VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Lemos Brito – 149.

Mario Sette – 330.

Martim Francisco III – 73.

#### NOTICIÁRIO

Alfonso Trujillo Ferrari – 60.

Aspectos da cultura hispânica – 319.

- Centenário de Mello Leitão – 318.  
 Centenário de Ramal de Caldas – 315.  
 Centenário do trem para Santo Amaro – 135.  
 Comissão Geográfica e Geológica – 136.  
 D. Pedro II e São Paulo na época de Carlos Gomes – 315.  
 Ernesto Leme – 316.  
 Falecimento de um grande “bibliotecário” – 319.  
 José Pedro Leite Cordeiro – 62.  
 Luís da Câmara Cascudo – 317.  
 Morte de Francisco Mignone – 134.  
 Prêmio Monteiro Lobato – 63.

#### MEMÓRIA CAMPINEIRA

- A “Pastoral”, de Coelho Neto – 324.  
 Bento Quirino – 67.  
 Um missionário metodista em Campinas ( Kidder ) – 144.

#### UM POUCO DE MÚSICA

- Discografia de Francisco Mignone – 140.  
 O legado melodioso de Victor Herbert – 138.  
 Os dois Franz Schubert – 65.  
 Uma ópera a serviço da liberdade – 321.

#### RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

- “À beira do século XXI” – 342.  
 A “Galeria” de Sisson – 163.  
 De guerra e de paz – 340.  
 Espírito cipelista – 161.  
 Geólogo e historiador – 82.  
 Grande engenheiro ferroviário – 339.  
 Historiador homenageado em calendário – 83.  
 Inédito de Hilton Federici – 158.  
 Interesse pelas ferrovias – 336.  
 Livro do Centenário – 337.  
 Novos estudos missionários – 159.  
 O Livro do Reverendo Walsh – 162.  
 O segundo Mello Moraes – 81.  
 O último livro de Brasil Bandecchi – 160.  
 Os dois Mello Moraes – 80.  
 Outro inédito de Hilton Federici – 158.  
 Para a história do Protestantismo – 338.  
 Presença francesa no Brasil – 79.  
 Saint Hilaire – 343.

#### ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Academia Paulista de Letras – 63 ; 259.  
 Almeida, Estevão de – 261.  
 Almeida, Guilherme de – 263; 279.  
 Almeida, Luís Castanho de – 129.

- Alvarenga, Silva – 45.  
Amparo – 29.  
Antropologia – 132.  
Araxá – 343.  
Arte moderna – 309.  
Assis – 53.  
Auber – 321.
- Bandecchi, P. Brasil – 160; 268.  
Barbacena, Marquês de – 128.  
Bibliografia – 44.  
Brasil ( História do ) – 153; 297; 304; 34.  
Braudel, Fernand – 122.  
Brito, Lemos – 149.
- Café ( História do ) – 55; 130.  
Caminho do Mar – 87.  
Camões, Luís de – 305.  
Campinas – 67; 144; 269; 315; 325.  
Casa das Minas – 307.  
Cascudo, Luís da Câmara – 317.  
Cipel – 161.  
Coelho Neto – 324.  
Colombo – 248.  
Colônia Cecília – 118.  
Comissão Geográfica e Geológica – 136; 286.  
Comunicações – 87.  
Côndor – 245.  
Cordeiro, J. P. Leite – 343.  
“Correio de Araxá” – 300.  
Costa, Fernando –  
Criminalidade – 53; 129.  
Cultura brasileira –  
Cultura hispânica – 319.
- “Diário de Pernambuco” – 17.  
Direito – 54; 127.  
Discografia de Carlos Gomes – 249.  
Discografia de Francisco Mignone – 140.
- Escravo (O) – 173, 216, 242.
- Farroupilha – 56; 291; 311.  
Federici, Hilton – 157; 158.  
Ferrovias – 99; 315; 336; 340.  
Fosca – 229.
- Goethe – 293.  
Gomes, Carlos – todo o nº 123.  
Guarani (O) – 172, 225.
- Herbert, Victor – 138.  
Hermes, J. S. da Fonseca – 308.  
Hino Acadêmico – 279, 254.

- História do Protestantismo – 338.  
 Historiografia – 97; 328.  
 Holanda, Sérgio Buarque de – 297.  
 Hovelacque, Cornélio – 5 e 6.  
 Hovelacque, Leibnizt – 6 e 7.
- Imprensa – 29, 51.  
 Industrialização – 308.  
 Inquisição – 303.  
 Irlanda – 71.
- Joana de Flandres – 223.
- Kidder, Daniel P. – 144.
- Lamego, Alberto Ribeiro – 82.  
 Leitão, Mello – 318.  
 Leme, Ernesto – 316.  
 Leopoldina ( Imperatriz ) – 14.  
 Lima, Oliveira – 83, 45.  
 Literatura Brasileira – 8, 52.  
 Livro do Centenário – 337.
- Maria Tudor – 237.  
 Martim Francisco III – 73.  
 Masaniello – 321.  
 Matos, Odilon Nogueira de – 277.  
 Mello e Souza, Aristides – 4.  
 Mello e Souza, Antônio Cândido – 4.  
 Mello Moraes (pai) 80, 81.  
 Mello Moraes (filho) 80, 81.  
 Menezes, Raimundo de – 266; 281.  
 Messianismo – 128.  
 Mignone, Francisco – 134; 140.  
 Migrações – 147.  
 Milão – nº 123.  
 Missões – 159.  
 Mogiana – 315.  
 Monteiro, João – 259.  
 Montese – 303.  
 Monroe (Doutrina) – 110.  
 Moraes, Rubens Borba de – 319.  
 Mourão, Mário – 5.
- Noite do Castelo (A) – 221.
- Odaléia – 245.  
 Óperas de Carlos Gomes – nº 123.
- Palmares – 146.  
 Paraíba – 309.  
 Paraitinga – 303.  
 “Pastoral” ( de Coelho Neto ) – 324.  
 Pedro II – 17.



Piccarolo, A. – 340.  
Poços de Caldas – ; 315.  
Política – 52 ; 114; 131; 310.  
Preconceito racial – 25.  
Presença francesa no Brasil – 79.  
Protestantismo – 358.

Querino, Bento – 67.

Ramal de Caldas – 315.  
Recife – 17.  
Regionalismo – 16.  
Relações raciais – 307.  
Religiões africanas –  
Rerum Novarum” – 92.  
Revolução Federalista – 118.  
Rio Grande do Sul – 16; 23; 56; 311.  
Rua do Imperador – 333.

Saint-Hilaire – 343.  
Salvador Rosa – 233.  
Santa Catarina – 283; 310.  
Schnoor, Emilio – 339.  
Schubert – 65.  
Sette, Mario, – 328.  
Sisson – 163.  
Sociologia – 129; 131; 132.  
Sorocaba – 306.

Taunay, Afonso de E. – 184; 283.  
Taunay, Visconde de – 76, 188.  
Trapeiro – 328.  
Trujillo Ferrari, Alfonso – 60.

Voluntários da Pátria – 69.

Walsh, R. – 162.

## **UNIDADES UNIVERSITÁRIAS**

### **I – INSTITUTOS**

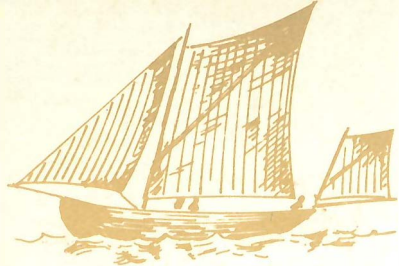
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

### **II – FACULDADES**

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

### **III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino  
Colégio de Aplicação "Pio XII"  
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário



**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

